



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0779/13	DATA: 13/06/2013
INÍCIO: 09h35min	TÉRMINO: 16h17min	DURAÇÃO: 06h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h42min	PÁGINAS: 117	QUARTOS: 81

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EMANUEL PINHEIRO – Deputado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.
TETÉ BEZERRA – Deputada Estadual.
LUCIANE BEZERRA – Deputada Estadual.
JANETE RIVA – Secretária de Cultura do Estado de Mato Grosso.
IVAR POLESSO – Delegado Plantonista da Central de Flagrantes, Delegacia da polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso.
GIANMARCO PACCOLA CAPOANI – Delegado.
JUCIONE SANTOS SOUZA – Depoente.
DANIEL ALMEIDA DE MACEDO – Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas do Estado de Mato Grosso.
LENILDO SILVA AMORIM – Depoente.

SUMÁRIO: Averiguação e acompanhamento das investigações sobre fatos e circunstâncias que envolvem denúncias de tráfico internacional de pessoas jovens do Estado de Mato Grosso.
Tomada de depoimentos e oitivas.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
Há termo ininteligível.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso.
Há orador não identificado.
A reunião foi suspensa.



O SR. COORDENADOR (Romoaldo Júnior) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, muito bom dia.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta a presente audiência pública, requerida por esta Presidência, atendendo à solicitação do ilustre Deputado Federal Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, que investiga o tráfico de pessoas no Brasil, com o objetivo de averiguar e acompanhar as investigações sobre os fatos e circunstâncias que envolvem denúncias de tráfico internacional de pessoas jovens do Estado de Mato Grosso.

Eu quero aqui convidar para compor a Mesa o ilustre Deputado Luiz Couto, 1º Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; o ilustre Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e Amparo à Criança e Adolescente. Quero convidar o ilustre Deputado José Augusto Maia, membro da Comissão; o ilustre Deputado J. Barreto; a Deputada Teté Bezerra. Quero convidar a Secretária de Cultura do Estado, Sra. Janete Riva, para participar da Mesa; Dr. Ivar Polesso, Diretor Central de Flagrantes; Sr. Daniel Almeida de Macedo, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento à Prevenção ao Tráfico de Pessoas no Estado de Mato Grosso; e o Dr. Gianmarco Paccola, Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso.

Queremos, também, agradecer a presença, nesta audiência pública, da Sra. Cláudia Cristina Ferreira de Carvalho, Coordenadora do Centro de Referência dos Direitos Humanos em Mato Grosso; do Sr. Heitor Reis, Presidente da Associação de Vítimas da Violência no Estado de Mato Grosso; da Sra. Maria José de Souza, Coordenadora Administrativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo, neste ato, representando o Secretário de Estado Jairo Pradela; do Sr. Nelson Faria, representando os Conselheiros Tutelares de Cuiabá; do Sr. Carlos Alberto Caetano, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, neste ato, representando o Sr. Agnaldo Garrido, Presidente do Conselho Estadual de Educação; do Sr. Antônio Carlos da Silva, Vice-Presidente do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente.

Agradecemos a toda a imprensa e, também, aos servidores da Câmara dos Deputados a presença.



Composta a Mesa de Honra, eu convido a todos, em posição de respeito, a cantar o Hino Nacional brasileiro. *(Pausa.)*

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. COORDENADOR (Romoaldo Júnior) - Composta a Mesa, declaro instalada a comissão de audiência pública neste Parlamento, e convido o ilustre Deputado Luiz Couto a presidir a Mesa e dirigir os trabalhos da CPI do Tráfico de Pessoas, hoje na Sala Licínio Monteiro, no Parlamento mato-grossense.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Declaro aberta a 59ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Esta nossa vinda a Cuiabá, Mato Grosso não é apenas para verificar esse fato que aconteceu aqui, mas também, como disse o próprio Delegado, para que as investigações continuem. O que nós identificamos no Brasil é que diversas quadrilhas funcionam plenamente no País, fazendo todo tipo de tráfico, desde o tráfico para a exploração sexual de jovens e também de pessoas adultas, que são levadas para o exterior e ficam sob regime de escravidão, o tráfico de crianças e adolescentes para adoção ilegal, até o tráfico de pessoas para a venda de órgãos humanos.

Então, nesse sentido é que nós estamos mudando inclusive a legislação brasileira, porque hoje, para que alguém possa ser responsabilizado, no caso para o exterior, só se for o trabalho da exploração sexual em que a pessoa esteja, na realidade, sendo vítima do trabalho escravo.

Nós queremos agradecer a acolhida aqui, como Vice-Presidente da Comissão. O Deputado Arnaldo Jordy não pôde comparecer, porque tinha um compromisso. Está aqui o Deputado José Augusto Maia, que é do PTB de Pernambuco — a Paraíba e Pernambuco estão aqui juntos nesta caminhada.

Além das pessoas que estão indicadas para ser ouvidas, se algum cidadão ou alguma cidadã tiver alguma informação e quiser depor nesta CPI, ela ficará à disposição. Pode ser em caráter público ou em caráter reservado. Se alguém quiser, nossa assessoria está aí para tomar nota do nome da pessoa, e ela vai dizer se quer



ser ouvida em caráter reservado, em caráter sigiloso, para dar informações sobre esse fato, sobre a questão do tráfico, sobre o que tem conhecimento.

Conversando com o Delegado que está presente aqui, nós decidimos primeiro ter uma visão do quadro a partir da investigação feita pelos delegados. Aqui vamos ouvi-los inicialmente, depois ouviremos a pessoa que é denunciada, e outras pessoas que também poderão colaborar e muito.

Eu quero saudar a Assembleia Legislativa de Mato Grosso na pessoa do Deputado Emanuel, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e também nas pessoas dos outros Parlamentares que aqui estão, para que nós possamos fazer um excelente trabalho.

Inicialmente, eu abro a palavra, para uma saudação, aos membros da Mesa.

Com a palavra o Deputado Emanuel.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Bom dia a toda a honrada Mesa Diretora desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que já está fazendo história no nosso País. Na pessoa do Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da Comissão, quero cumprimentar não só os membros da Comissão pelo trabalho, mas também toda a Mesa Diretora da CPI. Também quero dar os nossos cumprimentos, o nosso abraço a todos os segmentos aqui presentes que lidam com a causa, segmentos sociais, população, imprensa em geral, e a todos os telespectadores da *TV Assembleia*.

Já se fazia necessária, Deputado Luiz Couto, a presença da CPI do Tráfico de Pessoas aqui no Estado do Mato Grosso. Mato Grosso é um Estado com dimensões continentais que tem um corredor, uma longa faixa de fronteira, uma extensa faixa de fronteira, e relatórios, pesquisas já comprovam que Mato Grosso é rota nacional e internacional do tráfico de pessoas.

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso da Assembleia Legislativa há muito já vem conversando, dialogando e debatendo o grave problema desse crime hediondo que é o tráfico de pessoas. Particularmente, temos estendido esse debate à Polícia Rodoviária Federal, que tem realizado um grande trabalho ao longo da extensa malha viária federal que corta o nosso Estado, de cerca de 4 mil quilômetros. E, pasmem, senhoras e senhores, denúncias da própria Polícia Rodoviária Federal demonstram que, nesses 4 mil quilômetros de malha viária federal que corta nosso Estado, nós temos cerca de... Cerca, não, nós temos exatos 130 pontos vulneráveis, com



denúncias, muitas comprovadas, de exploração sexual de jovens, crianças e adolescentes, de pedofilia e de tráfico de pessoas. Também existem — e ao Delegado Gianmarco o nosso abraço, parabenizando-o pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo nessa investigação — denúncias ainda não formalizadas que já chegaram ao conhecimento da Comissão de Direitos Humanos e que passo formalmente à CPI do Tráfico de Pessoas de que, no norte do Estado... Já começam a se delinear, já começam a se formar, principalmente a partir do Município de Apicás, sérias denúncias de tráfico de pessoas, quase todas elas destinadas ao Suriname.

Então, gostaria de pedir à CPI que anotasse esta denúncia que faço em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, nesse trabalho em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, de que no norte do Estado, a partir do Município de Apicás, já há uma movimentação de tráfico de pessoas para o Suriname, principalmente de jovens e adolescentes que já foram abordadas e que já tiveram convite de ações nesse sentido para o tráfico de pessoas para o Suriname.

Então, gostaria, já provocado pelo Vice-Presidente Luiz Couto, de já formalizar, para darmos início a esse trabalho, através da CPI do Tráfico de Pessoas.

Então, Sr. Presidente, gostaria de colocar a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso da Assembleia Legislativa de Mato Grosso à inteira disposição da CPI, para que possamos fazer um trabalho conjunto, bem como com todas as instituições que lidam com a causa e com todas as autoridades policiais, judiciais e executivas que combatem a causa, para que possamos juntos criar, ampliar essa rede protetiva, essa rede de prevenção contra esse crime hediondo, contra esse mal que começa a ganhar contornos de rede dentro da nossa sociedade, e para que possamos debelar esse mal pela raiz.

Então, conte V.Exa. com a nossa Comissão. Eu, que sou um cuiabano de “tchapa e cruz”, mas filho de uma paraibana de Pombal, quero dizer que tenho o maior apreço pelos nordestinos. Tanto Pernambuco quanto a Paraíba estão muito bem representados nesta Comissão. Logremos êxito e sucesso pelo bem do Brasil, pelo bem dos direitos humanos, pelo bem da nossa sociedade. Contem conosco.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Emanuel Pinheiro, que tem o sangue paraibano de Pombal, terra com a qual nós temos uma relação muito profunda. A Prefeita Pollyanna é do nosso Partido, do PT, e está no segundo mandato. Pombal é conhecido como a Terra da Maringá.

A respeito da denúncia que V.Exa. faz, nós queremos ter mais informações, para que nós possamos dar início à investigação, solicitando das autoridades — porque, no caso, trata-se de tráfico internacional, e, aí, a Polícia Federal deve entrar na investigação.

Muito obrigado. Parabenizo-o pelo seu trabalho e também pela lei que foi sancionada aqui de combate ao tráfico de pessoas. Essas contribuições são significativas, e eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa e por sua luta em favor dos direitos humanos.

Concedo agora a palavra, para uma saudação, à Deputada Teté Bezerra, que foi nossa colega Deputada Federal e hoje é Deputada Estadual.

V.Exa. tem a palavra.

A SRA. TETÉ BEZERRA - Bom dia, Deputado Luiz Couto, em seu nome cumprimento toda a CPI, que hoje nos visita, visita o Mato Grosso. Cumprimento o Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, os demais integrantes da Mesa, a Secretária Janete Riva, todos os presentes.

Deputado Luiz Couto, V.Exa. apontou dois fatores que predispõem ou que contribuem para que a exploração, principalmente o tráfico de pessoas aconteça. Até 30 dias atrás, estive como Secretária de Turismo e sei que o turismo é uma atividade comercial que traz muitos benefícios para a sociedade, traz muitos benefícios para os Municípios, para o Estado onde ele acontece, mas também deixa uma vulnerabilidade muito grande, principalmente porque a maioria dos contatos que são feitos para a exploração ou para o tráfico de pessoas se dá nos hotéis. Os hotéis são os locais onde efetivamente acontecem esses contatos. Lógico que não é com a conivência ou com a participação do proprietário, do gerente ou do dirigente. Mas sabemos que é um campo, um local onde muitas vezes essas questões acontecem.

Quando Secretária de Turismo, nós tivemos — temos — uma participação no Comitê Estadual. Está aqui a Maria José, que é servidora da Secretaria e a representava em todas as reuniões do Comitê Estadual de Combate à Exploração e



ao Tráfico de Pessoas. Nós acreditamos que o turismo tem de estar sempre atento e alerta para essas questões.

V.Exa. citou também outra situação, que é a questão da adoção, em que, muitas vezes, isso acontece. Em 2006, então Deputada Federal, fui Relatora da Lei Nacional de Adoção, juntamente com a Deputada Federal Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, que foi a Presidente dessa Comissão. Maria do Rosário hoje é a Secretária Especial de Direitos Humanos, é considerada a Ministra de Direitos Humanos do nosso País. Nós fizemos, durante esse período, várias audiências públicas no Brasil todo, discutindo a questão da adoção e, principalmente, a questão da vulnerabilidade das nossas crianças, dos nossos adolescentes com relação à adoção.

Eu acredito que o principal avanço que nós tivemos com a lei foi a adoção de um cadastro único de crianças para serem adotadas. Na verdade, foi uma medida que o Ministério da Justiça adotou, mas que foi fruto dessa grande discussão que nós tivemos em todo o País.

Nós ficamos felizes, como disse o Deputado Emanuel Pinheiro, pois Mato Grosso é um Estado extremamente vulnerável nessa situação — temos mais de 700 quilômetros de fronteira seca com a Bolívia; estamos muito próximos de outros países —, e o tráfico de pessoas, principalmente de crianças e adolescentes, tem trazido, sim, uma preocupação enorme para as autoridades locais, e não só para as autoridades constituídas, mas também para todos os segmentos que defendem a questão dos direitos humanos, que acreditam que a dignidade humana passa pelo respeito, pela não violação desses princípios, pela não exploração sexual de crianças, adolescentes, jovens e adultos, e que uma ação presente e firme, somada aos esforços dos Estados e do Governo Federal, será necessária para que possamos combater, principalmente nas nossas fronteiras, em todo o País, essa situação de vulnerabilidade.

Então, cumprimento V.Exa., desejando-lhe boas-vindas a Mato Grosso e que a reunião possa ser extremamente profícua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigada, Deputada Teté Bezerra, pela contribuição de V.Exa.

Tenha certeza de que teremos que juntar todas as forças para enfrentarmos o que consideramos as três chagas que persistem em nossa sociedade: a primeira



chaga é a violência, sob suas diversas formas, desde a violência doméstica, a violência contra mulher, a criança e o adolescente; a segunda chaga é a corrupção, que financia, que faz a lavagem do dinheiro onde há propina, extorsão, sonegação — tudo isso acontece e, muitas vezes, verificamos que o dinheiro público é desviado, quando deveria ser aplicado em políticas públicas para assegurar aquilo que a Constituição diz, que é a dignidade da pessoa —; e a terceira chaga é a impunidade. Essas são as três chagas que nós temos que combater de forma articulada e ao mesmo tempo. Não adianta combatermos uma sem combatermos outra, porque elas estão intimamente ligadas, há uma conexão muito forte entre elas.

Concedo agora a palavra à Deputada Estadual Luciane Bezerra, embora S.Exa. tenha dito que não gostaria de fazer uso da palavra. Gostaríamos apenas de ouvir um pouco a voz da Deputada e, portanto, peço que faça uma saudação àqueles que aqui estão.

A SRA. LUCIANE BEZERRA - Vou ser bem breve.

Bom-dia a todos. Em nome do Deputado Federal Luiz Couto, agradeço a presença e a visita de todos a Mato Grosso. Cumprimento, também, todos os membros da Mesa.

Quero dizer que vim até aqui, inclusive saí da sessão, em razão da complexidade do tema, pelo qual tenho interesse.

Estava comentando com o colega aqui ao lado, o Delegado, que o pouco que sabemos sobre esse tema é o que aprendemos com a novela. E o que me deixou um pouco mais preocupada é constatar como nossa legislação ainda é falha. Na novela mesmo vimos a quantidade de crimes que eles tiveram que comprovar, para que a pessoa pegasse uns anos consideráveis de cadeia. Então, ainda temos que lutar muito nesse Brasil.

Agradeço a presença de todos em Mato Grosso, Estado que passa por esses problemas. E Mato Grosso tem um contexto muito mais complicado, porque aqui temos um tráfico ainda muito tímido no resto do País que é o tráfico que envolve pessoas em uma teia que não é tendencial, mas sim de esperança de futuro melhor. Isso se deve muito ao número de caminhoneiros em nosso Estado. E sabemos quantas mães sofrem em razão do desaparecimento de filhas que pegaram carona em caminhões. E ninguém sabe para onde foram.



Com isso, Deputado Emanuel Pinheiro, nós que somos da Comissão de Direitos Humanos, sabemos que Mato Grosso ainda precisa de investimentos financeiros para que isso seja um pouco mais combatido, dia a dia. E nossas fronteiras, como a Teté Bezerra falou, são uma complicação.

Então, acreditamos que, com esta CPI, vamos melhorar muito esses investimentos em nível nacional, para que isso seja erradicado cada vez mais em nosso País.

Muito obrigado pela presença de V.Exa. nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada, tenha certeza de que V.Exa., na Comissão de Direitos Humanos, como Deputada Estadual, tem contribuído para o enfrentamento dessas questões.

Nós estivemos aqui em outra oportunidade — investigávamos as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes — e ouvimos diversas pessoas. E como o Mato Grosso tem uma grande fronteira — e é sempre assim —, o *modus operandi* é prometer que a pessoa vai ganhar muito dinheiro, que vai ter vida fácil, que na hora que quiser volta. Mas, quando chegam a outros países, os documentos são delas tomados, e as pessoas ficam lá em uma situação de prisão.

Antes de passar a palavra ao Deputado José Augusto Maia, gostaria de registrar a presença do Sr. Heitor Reis, Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas de Violência do Estado de Mato Grosso.

Caso V.Sa. queira se manifestar, nós o ouviremos com muita alegria.

Antes, ainda, de ouvir o Deputado José Augusto Maia, gostaria de ouvir a palavra da Sra. Janete Riva, Secretária de Estado de Cultura.

A SRA. JANETE RIVA - Bom dia, Deputado Luiz Couto. Seja muito bem-vindo. Cumprimento também o Deputado José Augusto. Obrigado pela presença dos senhores. Em nome do Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, cumprimento todos da Mesa.

Por fim, meus cumprimentos à Deputada Teté Bezerra, colega e ex-Secretária — sou sua fã em razão do trabalho que fez quando à frente da Secretaria de Turismo — que, com muito conhecimento, aqui falou sobre as dificuldades que temos em razão da imensa fronteira seca e da dimensão continental de nosso Estado.



Na condição de Secretária de Cultura, também represento a Sala da Mulher. Temos como bandeiras, Deputado, a luta contra a violência sexual infanto-juvenil, a pedofilia e a violência doméstica, temas que atingem nossas casas no dia a dia e têm trazido transtornos para a sociedade não apenas mato-grossense, mas de todo o País. E a presença de todos aqui significa esse comprometimento.

Acho interessante o trabalho da CPI pela visibilidade que ela traz ao tema. Quando houve a CPI da Pedofilia no Congresso Nacional, conseguimos que muitas denúncias acontecessem em nosso Estado. E assim também acredito que essa CPI do Tráfico de Pessoas em muito vai contribuir para a resolução dos grandes problemas que temos, pois as pessoas vão começar a ter coragem de enfrentar e denunciar casos, tal como o que aconteceu nesses últimos dias. Já houve uma denúncia no começo do ano.

Então, acredito sim e desejo grande êxito a essa CPI. Meus votos de muito sucesso. Espero que Mato Grosso possa contribuir, e muito, com os trabalhos dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sra. Janete Riva, Secretária de Estado de Cultura. Tenha certeza de que a cultura é também fundamental nesse processo de cidadania. Temos que investir muito para que a nossa juventude possa, a partir do aspecto cultural, não ser recrutada ou aliciada pelos grandes traficantes, tanto do tráfico de pessoas, quanto do tráfico de drogas, do de armas, enfim, de todos os tráficos.

Dizemos que escravidão acabou no Brasil, mas sabemos que ela continua presente de diversas formas. Então, a educação e a cultura são elementos importantes nessa luta, para que possamos assegurar o direito que cada pessoa tem de ser tratada de forma digna e respeitosa.

Gostaria agora de passar a palavra ao Deputado Federal e membro titular desta CPI José Augusto Maia, para sua saudação inicial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom dia a todos.

Em nome do nosso Presidente, Deputado Luiz Couto, e também do Deputado Emanuel Pinheiro, saúdo a todos os Deputados, autoridades e representantes da sociedade presentes, a todos os que vieram para esta audiência pública com o objetivo de contribuir com esta CPI.



Temos andado por todo o País, já passamos pela Bahia, Pará, Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Acre, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e agora estamos em Cuiabá. Mas ainda temos uma longa caminhada, para visitar todas as áreas deste País.

Quero dizer que a cada momento esta Comissão encontra coisas horríveis. De início, pensávamos que a coisa era pequena, mas depois fomos observando que não.

Muita gente pensa que esta Comissão foi formada depois que a Rede Globo apresentou a sua novela, mas começamos no ano passado, 1 ano antes. Acredito até que a novela tenha surgido depois da criação da CPI, e temos certeza de que contribuímos muito para aquele trabalho — que foi muito bom. A televisão mostrou a realidade daquela prostituição e de outras coisas horrorosas, inclusive cárcere privado, mas ainda assim mostrou pouca coisa, se comparado ao que temos visto por aí.

Encontramos, além de prostíbulos, para terem uma ideia, ONGs no Brasil com ligações com ONGs internacionais... Encontramos uma ONG pela qual passaram mais de 1.700 crianças — a documentação já foi apreendida em São Paulo, e muita coisa será ainda descoberta. E há mais casos na Bahia.

Essa é uma rede criminosa internacional. Os senhores não têm ideia de como isso funciona. É uma coisa muito organizada. Fizemos oitivas e ficamos pasmados com a forma com que essas pessoas têm usado a inteligência para o mal. E isso envolve muito dinheiro. Em relação ao tráfico de pessoas, temos denúncias de que se cobrava até 25 mil dólares por uma criança. Imaginem que coisa horrorosa.

E aqui neste Estado já começamos a receber denúncias de tráfico de órgãos, que, na minha concepção — apesar de todos serem ruins —, é o pior deles. É algo que dói. Imaginem o que é uma criança ser levada, raptada de um país para o outro para que dela seja retirado um órgão, e ela é sacrificada... Isso é uma coisa que dói no coração.

Então, esta CPI tem contribuído muito. E tenho dito que aonde chegamos — geralmente a imprensa nos acompanha, e devemos agradecer muito pela contribuição, porque ela divulga o nosso trabalho —, recebemos pessoas que têm denúncias a fazer, pessoas que antes não as fariam, mas que, depois da CPI, vêm e fazem as denúncias — sabem que o sigilo é absoluto.



Agradecemos, também, à Polícia Civil, à Polícia Militar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, à Polícia Federal, que têm dado uma contribuição muito grande à CPI.

O próprio Presidente da Câmara dos Deputados, quando teve ciência dos casos, deu autorização para que continuássemos com os trabalhos, inclusive disponibilizando recursos. Agradecemos, portanto, ao Presidente da nossa Casa, em Brasília, que muito tem contribuído conosco, assim como têm feito a imprensa e todos os senhores.

Sou pernambucano e tenho um grande paraibano ao meu lado, o Deputado Luiz Couto, com grande experiência. S.Exa. tem dado uma contribuição muito grande, assim como tantos outros Deputados Federais e Estaduais. Quando chegamos nas Assembleias Legislativas, sempre temos o apoio dos Deputados Estaduais, como hoje o recebemos dos senhores — pelo que agradecemos.

Temos a certeza de que tudo o que estamos fazendo aqui é uma contribuição para tentar acabar com essa rede criminoso que tanto nos envergonha neste País.

Era isso o que tinha a dizer. Quero agradecer a todos, parabenizar todos, em especial ao Presidente desta Assembleia Legislativa e a todos que se fazem presentes para contribuir com esta importante CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado José Augusto Maia.

Eu queria agradecer a acolhida ao Deputado Romoaldo Júnior, Presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Eu quero também, em nome de toda a Comissão, agradecer especialmente ao Everaldo Jota, Chefe de Gabinete do Deputado Romoaldo, que foi o responsável por toda essa acolhida que tivemos. Em nome da Comissão e dos servidores que aqui estão, os nossos agradecimentos.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento de diversas pessoas, e nós decidimos que é fundamental neste início ouvir os delegados que estiveram à frente das investigações. O primeiro é o Delegado Ivar Polesso. Depois ouviremos o Sr. Gianmarco Paccola Capoani.

Com a palavra o Delegado Ivar Polesso. Esclareço que V.Sa. terá o tempo de até 20 minutos, que poderá ser prorrogado.



Caso alguém queira fazer uma pergunta, poderá encaminhá-la aos Deputados da Comissão.

O SR. IVAR POLESSO - Bom dia a todos os presentes e aos integrantes desta Mesa.

Em nome da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, em nome do nosso Diretor-Geral, Dr. Anderson, parabenizamos a iniciativa da CPI de vir dos rincões de Brasília pra Mato Grosso a fim de colaborar na investigação desse crime e de trazer à tona a importância da investigação do tráfico de pessoas, que sempre é uma situação bastante oculta. A gente pensa que isso não ocorre no Brasil, mas o fato é que ocorre mais do que se espera.

Aos presentes, também, parabéns pela presença, e às pessoas que vieram colaborar com nossos trabalhos aqui.

Nós tivemos, então, uma informação com relação ao rapto dessa criança há cerca de 10 dias, aproximadamente. Nós estávamos no plantão, na qualidade de delegado plantonista, na Central de Flagrantes do Planalto, que é uma delegacia que hoje responde por praticamente toda a Cuiabá e a Grande Cuiabá. Os crimes que ocorrem são dirigidos à Central de Flagrantes.

Um dia antes tivemos a informação pela imprensa e também uma determinação de nosso Diretor Metropolitano de que fizéssemos esforços no sentido de localizar essa criança que havia sido furtada, enfim, havia desaparecido dos braços da mãe, tal como a imprensa havia noticiado.

Graças a Deus temos um bom relacionamento com a Polícia Militar e, naquela manhã, então, a gente procurou acionar todos os policiais que estavam no plantão, Polícias Civil e Militar. Nós tivemos, então, por volta das 9h da manhã, a informação de que a Polícia Militar havia obtido informação de onde essa criança se encontrava. E, naquele momento, os Policiais Militares foram ao local e fizeram, então, a prisão da Jucione, que estava com o bebê em seu poder, que era objeto deste crime.

Ficamos felizes naquele momento. Aguardamos que a Polícia Militar, então, trouxesse a Jucione presa. E rapidamente também entramos em contato com o Dr. Gianmarco, que era e ainda é responsável por essa investigação da GCCO, que é a Gerência de Combate ao Crime Organizado da Polícia Civil. E também entramos em



contato com o Dr. Gianmarco, que rapidamente veio até a delegacia e aguardamos a chegada da Polícia Militar naquele dia.

Pouco depois a Polícia Militar chegou ao local com a Jucione presa e com o bebê — um bebezinho de cerca de 6 meses de idade. Trouxemos, então, a Jucione até a nossa sala a fim de proceder ao interrogatório, pra esclarecimento dos fatos. E, na presença do Dr. Gianmarco também, ela foi oitivada. Nós dois, como delegados — e ela estava lá na nossa sala —, começamos a solicitar que ela prestasse esclarecimentos da situação da criança e o motivo de estar com aquela criança, subtraída da mãe.

A princípio, a Jucione disse que estava sentada na Praça Maria Taquara, com uma filha. Ela tem uma filha de 7 anos. E ela disse que, então, cerca de uns 10 dias antes, ela estava sentada na praça com a filha, e que um senhor branco, de aproximadamente 50 anos, estava sentado próximo a ela, e iniciaram um diálogo. Ela estava aguardando o ônibus pra ir pra casa, um coletivo, e esse senhor acabou se aproximando dela e puxando assunto com ela. Logo depois, esse senhor começou a perguntar se ela tinha filhos, se tinha bebê, e ela disse que sim. Essa foi a primeira oitiva dela, o primeiro esclarecimento. Logo depois, esse senhor disse que tinha a intenção de arrumar uma criança, que precisava arrumar uma criança. E ela disse que não, que não era habituada a praticar crimes, que era contra aquilo, e que esse senhor, então, pegou na mão da filha dela e disse: *“Olha, se você não me trouxer uma criança, eu vou sequestrar a sua filha”*.

Logo depois, a Jucione — a gente estranhou, porque é incomum que alguém aborde alguém em plena praça pública —, a Jucione, então, devido ao pouco crédito da situação que ela tinha nos mostrado na hora... Dr. Gianmarco estava também. Nós estávamos assim preocupados em esclarecer rapidamente o que estava acontecendo e começamos a inquiri-la também com relação ao local, hora, momento. Aí ela começou a se contradizer.

Pouco depois, eu e o Dr. Gianmarco iniciamos uma estratégia diferente de inquérito, de interrogatório. Fomos pra fora da sala e, aí, a gente resolveu, então, separar as investigações: eu ficaria ao encargo de proceder à oitiva dela, pra esclarecer os fatos, enquanto o Dr. Gianmarco se dirigiria rapidamente à casa dela, com os policiais da GGCO, a fim de fazer a apreensão de prováveis provas e a perícia do local, da residência dela, enfim, se fossem encontrados novos elementos



de crime, porque o que importa pra Polícia é a prova material e apresentar provas conclusivas.

A partir do momento em que o Dr. Gianmarco saiu da minha sala, continuamos a conversa, e ela disse que, então, ela iria confessar que de fato não era exatamente aquela a situação, e que ela, cerca de 1 mês atrás, caminhando numa das avenidas de Cuiabá, havia conseguido carona com esse indivíduo, com esse mesmo senhor, e que esse senhor — com respeito ao esposo da Jucione, que se encontra presente — havia feito uma proposta amorosa pra ela. E ela disse que não havia concordado e que, logo depois, esse senhor começou também a perguntar sobre criança e pediu pra ela que arrumasse uma criança. Aí também foi novamente a justificativa da ameaça que, se ela não conseguisse a criança, ele iria sequestrar a família dela.

E esse senhor, segundo a Jucione, é um indivíduo chamado Carlos, que teria um veículo branco, uma caminhonete. Ela nos forneceu uma placa — forneceu-nos uma placa. Inclusive, essas informações estão dentro dos autos do inquérito. E, durante esse 1 mês, ele telefonou pra ela cerca de 6 ou 7 vezes, perguntando se a criança já estava em poder dela porque, senão, ela iria sofrer as consequências. Segundo ela, a proposta seria de 35 mil reais. Esses 35 mil reais seriam por um bebê tanto do sexo feminino, quanto do masculino, mas que teria que ser bebê. Então, ela começou a envidar esforços no sentido de localizar essa criança. Ela foi até essa Praça Maria Taquara cerca de 15 vezes. Ficava lá aguardando um momento oportuno pra fazer, escolher uma criança e poder fazer o sequestro dessa criança.

Inicialmente, parece que ela tinha uma vizinha, a Ariadne — salvo engano, Ariadne —, e ela procurou fazer a abordagem dessa criança da vizinha, que a vizinha deixasse a criança com ela, que estava tudo bem, que ela podia sair, que a criança ia ficar com a Jucione. A Ariadne nunca, nesse cerca de 1 mês, em momento algum, desconfiou que estava alguma coisa errada e não aceitou entregar a criança pra Jucione. Depois tivemos a informação também de que a Jucione abordou outra senhora com essa mesma finalidade, de que a criança fosse entregue nas mãos, fosse entregue pra ela. Novamente não deu certo.

Então, a Jucione começou a se dirigir à Praça Maria Taquara, pra poder conseguir essa criança, que já estava ajustado até o valor com esse indivíduo



chamado Carlos. Então, nesse dia a Jucione se aproximou da senhora, mãe do menor. Eu até gosto de evitar nomes. Os nomes estão nos autos. Isso evita a exposição. Refiro-me à mãe do bebê de que estamos falando. Aproximou-se dessa mãe, que estava sentada, começou a puxar assunto, dizendo que era um bebê bonito, forte e que ela também queria admirar a criança — aquela aproximação normal que a gente tem, em média, que as pessoas têm umas pelas outras. No momento em que essa senhora com o bebê subiu no ônibus, ela se dirigiu junto e, em determinado momento, a mamãe desceu com o bebê, e ela desceu também atrás. Aí, segundo ela, ela fez a abordagem tranquila, foram conversando e tal. No momento, parece que estava com chuva. Aí ela disse pra mãe que o bebê não tinha agasalho e que entregasse o bebê pra ela e fosse comprar um guarda-chuva, porque poderia chover e causar pneumonia no bebê. Aí ela deu 100 reais pra mãe — infelizmente, mais uma mãe jovem, inexperiente, de 15 ou 16 anos, também uma criança no colo de outra criança. Então, a mãe pegou os 100 reais e foi comprar o guarda-chuva. Pouco depois, quando voltou ao local onde, em tese, a Jucione estaria com o bebê, a mãe retornou, e a Jucione já não estava mais com o bebê. A mãe, então, ficou desesperada e procurou os órgãos públicos pra poder fazer a localização do bebê.

A Jucione nos esclareceu que naquele momento havia se dirigido a uma avenida e lá teria conseguido carona com um carro verde. Nesse momento também passa a ser bastante conflitante o esclarecimento dela, porque ninguém para, em momento algum, pra dar carona a ninguém em face da própria violência que infelizmente hoje assola todas as capitais. Então, em relação a esse carro verde, ainda não tivemos a informação de que poderia, de repente, ser alguém também já ajustado pra poder acompanhar.

Em seguida, tivemos o esclarecimento de que a Jucione é da região da Bahia, de Salvador, enfim, de um dos Estados do Nordeste e que teria vindo pra Cuiabá há cerca de 3 anos e lá teria deixado os filhos, três filhos, com a mãe. Segundo ela, seria a justificativa de conseguir um dinheiro com esse indivíduo chamado Carlos, pra poder mandar pra própria família dela.

Depois nós perguntamos à Jucione qual era a finalidade da... se era carência, se era realmente dinheiro e qual era, enfim, a finalidade desse indivíduo com relação a essa criança. Ela deixou bastante claro, não usando as palavras, porque, na



verdade, não é tão fácil a gente, hoje, reconhecer isso. Ninguém vai falar pessoalmente: estou pegando esse bebê pra matar e vender órgãos. Mas ela disse que realmente esse indivíduo, várias vezes, disse que esse bebê iria pro exterior, que ia render um bom dinheiro. Ela perguntou pra esse indivíduo se esse bebê ia ser morto, ia ser vendido, pra vender órgãos. Ele disse que era mais ou menos isso, mas que ela não entrasse nesse assunto, que esse assunto não dizia respeito a ela, mas ficou bem claro, na ocasião, que era, pra mim, na qualidade de investigador, de policial investigativo, de que era um bebê destinado, por ser um bebê tanto masculino e feminino e de 6 meses, que seria um bebê destinado a esse fim e não uma simples adoção ilegal no exterior.

Também a Jucione nos falou com relação à abordagem... Esses fatos, lembrá-los todos eu não estou conseguindo. Há um detalhe importante, que daqui a pouco eu posso até recordar, com relação a... Não me vem à mente, era um detalhe, enquanto estava falando. Até que eu gostaria de lembrar, mas daqui a pouquinho, caso eu consiga recordar esse detalhe importante, eu passo aqui pra Mesa, peço um pequeno aparte.

Enfim, aos fatos. Logo depois, o Dr. Gianmarco, então, veio da residência, fez o trabalho a que ele havia se proposto, foi à residência, onde localizou, na casa, bastante roupa de bebê — bastante roupa de bebê. Havia cerca de dois ou três enxovais distintos pra bebê, ou seja, não era uma situação, assim, tão simples, como a gente havia imaginado. Também o Dr. Gianmarco fez a apreensão de uma cédula de nascimento, uma certidão de nascimento falsa, onde havia o nome de um bebê feminino. Eu até brinquei que, na época, era bastante ruim pro bebê já, tão pequenininho, ser considerado “mocinha”.

Com relação ao tráfico, ficou claro que realmente era pra esse fim. Eu tive, na qualidade de responsável pela prisão dela, essa convicção de que se tratava de tráfico de órgãos. Ficamos, então, com o inquérito a critério da DEDDICA. No momento, nós o encaminhamos à DEDDICA e também ao Dr. Gianmarco, que ficou a cargo de esclarecer e terminar a investigação com relação ao indivíduo que foi mencionado como Carlos. Um fato que causou espécie pra mim também foi a situação de ela ser de Salvador, da Região Nordeste, vir aqui e ter essa quantidade de enxovais, ou seja, demonstrou, assim, que havia uma pequena e determinada organização com relação a quem ia pegar a criança e quem era responsável pela



roupa e a questão da documentação. Ela me pareceu, assim, de pouco conhecimento escolar. Ela me parecia ser uma pessoa bastante simples a ponto de ter conhecimento suficiente pra fraudar uma certidão de nascimento. Então, por isso também, eu acredito que deva ter a participação de mais de um indivíduo, além desse indivíduo chamado Carlos.

Então, esses são os fatos mais importantes. Não gostaria aqui de tecer considerações pessoais. A autoridade policial, na verdade, nunca tece considerações pessoais a respeito da investigação, mas, sim, do que realmente ocorreu. Encaminhamos o inquérito à GCCO. Com certeza, o Dr. Gianmarco, na oitiva, vai esclarecer a sequência dos depoimentos, do que foi investigado. Esses são os principais (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Ivar Polessso.

Agora passamos a palavra para o Deputado José Augusto Maia, pra que possa fazer as indagações. Depois nós faremos alguns questionamentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Caro Delegado, nas minhas observações aqui, se... realmente, quando se encontram na casa vários enxovais de crianças... Tem aqui também no processo que uma vizinha... Essa questão do documento, nascido vivo, aquele documento falso que foi encontrado... Segundo a... A Luciane fala de uma vizinha. Tem essa relação aí de uma vizinha, que nos foi informado?

O SR. IVAR POLESSO - Eu fui o responsável pela prisão em flagrante. Eu fui o responsável pela condução do auto de prisão em flagrante delito da Jucione. Na ocasião, nós tivemos a informação do Dr. Gianmarco de que essa certidão havia sido encontrada na residência da autora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas que ela tinha falado que tinha pego por conhecer uma vizinha lá de rua...

O SR. IVAR POLESSO - Na verdade, eu não tive essa informação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Temos essa informação, que é uma coisa importante de se observar.

Veja bem, meu querido Presidente, até no carro eu falava: nós estivemos na Bahia, e tem também essa questão do tráfico de crianças na Bahia, a Carmen. Tivemos oitiva com ela. Foram observar essa mulher. Dá a entender que essa



mulher, na Bahia, aonde se chega, qualquer coisa, tem uma ligação com a Bahia. Acho que a nossa CPI vai ter que dar uma volta na Bahia para observar. Eu acredito que essa Carmem, nessa questão de tráfico de crianças e na questão de órgãos... é o que temos observado.

Esse senhor aqui, que é o Marcos, não é?

O SR. IVAR POLESSO - Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - O que a polícia fez, assim...? O que encontraram nas investigações? Teve placa de carro? Teve mais alguma coisa? O que se tem mais claro quanto a esse moço que está envolvido aí também?

O SR. IVAR POLESSO - Então, o Dr. Gianmarco é o Delegado responsável pela sequência das investigações. Nós trabalhamos lá em regime de flagrante. Então, o flagrante foi lavrado e encaminhado o procedimento para o Dr. Gianmarco, que é o Delegado, que se encontra presente. Com certeza, ele vai poder dizer para o senhor a respeito da sequência da investigação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Por enquanto, eu tinha as minhas observações aqui de que... Quando se fala que tem vários enxovais aí, essa mulher tinha planos. Da forma como foi dito pelo próprio, as intenções, a questão, até a resposta do rapaz para quem a criança iria ser usada, ele deixou uma dúvida. Mas, por enquanto, é só. Depois eu volto a fazer algumas perguntas.

Obrigado.

O SR. IVAR POLESSO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Deputado.

Delegado Ivar Polesso, a Jucione Santos Souza, de 29 anos, é natural de Porto Seguro, na Bahia. Pela informação que nós temos, é que o Carlos era de Vitória da Conquista, na Bahia. É isso mesmo?

O SR. IVAR POLESSO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A Polícia já está investigando sobre aquela possível placa e o nome? Já teve alguma relação com a polícia da Bahia para verificar a procedência e a vida pregressa dessa figura chamada Carlos?

O SR. IVAR POLESSO - Só fazendo uma pequena menção à colocação do Deputado, eu fui Delegado em Salvador, no ano de 2002. Fui Delegado durante 8 meses lá. Sempre digo que saí do Farol da Barra para o Rio Cuiabá. Na verdade, em Salvador eram umas constantes as ocorrências de desaparecimento de



pessoas. Na nossa Delegacia do Turista lá, havia quase toda semana informação de pessoas que haviam desaparecido. Então, a gente percebe que, realmente, a Bahia tem esse problema. Eu não tive contato com o Dr. Gianmarco, porque nós temos situações de trabalho bastante distintas. Eu gostaria, então, que o senhor oportunizasse a pergunta a ele, porque, com certeza, ele vai ter essa informação bastante conclusiva em sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro, com certeza.

É verdade, o senhor estava de plantão, e o policial Cícero e o outro policial trouxeram a sequestradora e ela foi encontrada em um ponto de ônibus. É isso mesmo?

O SR. IVAR POLESSO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela já tinha tirado a criança lá da...?

O SR. IVAR POLESSO - Ela me disse que ela estaria vindo para entregar a criança, porque ela tinha tido bastante remorso de saber que essa criança iria ser morta ou vendida ou, enfim, sacrificada. Ela disse que, quando ficou em mãos com o bebê, ela já estaria trazendo a criança para devolução para a respectiva mãe, mas os policiais oitivados disseram que não, que ela foi apreendida na residência, presa na residência, e que não estava demonstrando intenção, *animus* de devolução, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi o senhor que ouviu a Rayane, a adolescente?

O SR. IVAR POLESSO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Foi o Dr. Gianmarco. Eu pergunto para ele.

Agora, uma coisa que me chamou a atenção é o fato do auto de apreensão... Lá foi encontrada, além de uma bolsa feminina, uma caderneta da saúde da criança, em nome de Kemilly. Vitória Souza de Oliveira, um aparelho de celular... Eu pergunto: a polícia solicitou a quebra do sigilo telefônico dessa pessoa?

O SR. IVAR POLESSO - Às vezes, as respostas não são tão conclusivas como a Comissão gostaria, ressaltando também a minha dificuldade de responder ao senhor com certeza, porque há uma divisão dos trabalhos. No momento em que nós fizemos o flagrante, o prazo cumprido de flagrante, encaminhamos a nota de culpa



ao Juiz, e as investigações, então, não permanecem na Central de Flagrantes e foram a cargo do nosso colega Dr. Gianmarco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, essas perguntas sobre o auto de apreensão eu posso fazer ao Dr. Gianmarco.

O SR. IVAR POLESSO - Só para esclarecer, Deputado, a Central de Flagrantes é responsável, hoje, pelo atendimento de cerca de 600 mil pessoas. Nós temos uma estrutura de trabalho bastante volumosa. Ali é um pronto atendimento da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo, mas o senhor, como Delegado, por exemplo, com uma pessoa que, nas informações, quando perguntada, diz que é desempregada, tem o cartão do Bolsa Família, é encontrado um cartão Ourocard, do Banco do Brasil... Ainda foram encontrados, por exemplo, 800 reais e um *chip* Oi... Então, há uma série de questões que foram encontradas. O senhor acha, agora, como cidadão, que uma pessoa que é desempregada, que tem apenas a Bolsa Família, tendo 800 reais em casa e também tendo um cartão Ourocard do Banco do Brasil, isso é de alguém que é desempregado?

O SR. IVAR POLESSO - Eu estive pensando bastante sobre isso. Eu acho que a Jucione, posso dizer para o senhor hoje, enquanto pessoa, tem uma finalidade da vinda dela para Cuiabá. Eu acho que havia uma finalidade específica para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela seria uma intermediária?

O SR. IVAR POLESSO - Uma intermediária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Fazia parte do esquema?

O SR. IVAR POLESSO - É. Eu acho que a Região Nordeste já é bastante visada. Há bastante repressão com relação à polícia, e, talvez, Cuiabá seria um local...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela disse há quanto tempo está aqui em Cuiabá?

O SR. IVAR POLESSO - Há cerca de 3 anos, 2 anos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Três anos.

O SR. IVAR POLESSO - A informação que eu queria dizer para o senhor é que ela disse que o Carlos adiantou um dinheiro para ela. Essa era a informação



que eu tinha esquecido, de que ele teria adiantado 300 reais para ela fazer os preparativos de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. IVAR POLESSO - Uma informação importante também que faz parte disso é que a Jucione falou que iria pegar esse bebê para a mãe, que a mãe alugasse o bebê, porque a justificativa de deixar o bebê com ela é que — ela disse para a mãe do bebê — pegaria esse bebê para poder justificar um dinheiro de um suposto namorado americano e que o namorado viria fazer uma visita. Ela, então, mostraria esse bebê como sendo dela para justificar uma pensão de 30 mil dólares que ela recebia desse suposto e imaginário marido. Então, a finalidade da abordagem com a mãe foi nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela parece que tem três filhos na Bahia.

O SR. IVAR POLESSO - Três Filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E teria um aqui, não é?

O SR. IVAR POLESSO - É uma menina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É a Kemilly.?

O SR. IVAR POLESSO - . Kemilly.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu pergunto ainda ao senhor... Eu creio que, é claro, se o senhor puder... Acho que como tem investigação, aquilo que possa atrapalhar, nós não queremos...

O SR. IVAR POLESSO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se depois quiser, em caráter reservado, ter uma conversa com a Comissão, para que a gente possa ter mais dados, é importante.

Mas ela, por exemplo, é uma pessoa que é desempregada e tem conta no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, conforme o termo de qualificação, onde ela diz Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil... Era isso mesmo?

O SR. IVAR POLESSO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Além disso, essa figura, o Carlos, aparece em um momento na vida dela, quer dizer, uma carona. Depois, ela já está num ponto de ônibus esperando para levar essa criança. Daí, é importante, talvez, como o senhor também foi delegado lá na Bahia, ver essa identificação.



Vitória da Conquista e Porto Seguro. Porto Seguro é uma área para onde, normalmente, vão muitos turistas, muitos estrangeiros... Muitas vezes acontece, na relação, em outros lugares onde também o tráfico, as rotas de tráfico de crianças para adoção ilegal, para exploração... Tivemos, inclusive, lá naquela região de Minas Gerais, onde havia um... Vinha gente lá de Gravataí, de Cachoeirinha, lá do Rio Grande do Sul, passava ali por Uberaba, Delta, e ia para Pernambuco. Depois, ia para outros locais. Depois, ninguém sabe para onde ia. Normalmente, havia uma figura de um italiano que fazia essa vinculação lá. Então, nós sabemos... E isso é o que pergunto: o senhor tem, ainda não tem a certeza, porque ainda é investigação, de que ela é uma ponta de uma organização maior?

O SR. IVAR POLESSO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza.

O SR. IVAR POLESSO - Eu tenho a convicção de que a Jucione é um braço de um grupo de pessoas que trouxe ela. Enfim, a finalidade dela de ficar aqui em Cuiabá era essa de conseguir crianças para crimes, para roubar, para sequestro, enfim, para tráfico de pessoas. A apreensão do dinheiro ela justificou como sendo do esposo, de salário, dos 800 reais. Mas a questão do cartão também foi observada, né? Foram observados os enxovais, porque quem tem pouco dinheiro não compraria os enxovais como ela comprou. É bastante roupa. Roupas boas. E a questão da certidão de nascimento também bem organizada em nome de uma menina. Então, sem dúvida. Sem dúvida, há, houve, havia mais de duas pessoas envolvidas com essa finalidade de tráfico de pessoas aqui em Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Uma coisa que me chamou atenção é que, perguntado à Jucione se a criança seria morta, o Carlos teria dito, respondido: "*Mais ou menos.*" É isso mesmo?

O SR. IVAR POLESSO - Sim. Sim. Mas ela disse, depois, que todas as vezes que indagava ao Carlos qual era a finalidade da entrega da criança, ela disse que ela tinha certeza. Isso a gente não... Doutor, por que não se colocam no papel muitas coisas do que a pessoa fala? Porque a pessoa fala uma coisa, depois fala outra, e a gente vai tirando uma média do que é a verdade, se busca a verdade. Mas, assim, ela deixou bem claro que era um valor que iria receber muito alto no exterior, e que a finalidade era para poder vender a criança para órgãos, né? Isso ela nos deixou bem claro do que ela nos disse na oitiva.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A partir do fato, da apreensão, da prisão, o noticiário da imprensa informava que há suspeita de que Jucione teria sido agenciada para levar o bebê sequestrado a outro Estado da Federação e daí para o exterior. Isso tem consistência? Essa informação?

O SR. IVAR POLESSO - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. IVAR POLESSO - É importante frisar que evitamos um crime, porque naquele dia ela disse que levaria a criança, às 18 horas seria entregue a criança ao Carlos. Então, quero em público reconhecer o trabalho também da Polícia Militar, que foi bastante proativa, e o trabalho da Polícia Civil, que fomos proativos, no sentido de impedir esse crime. Mas aquele dia, às 18 horas, com certeza teria a entrega do menor, da criança para o Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual seria a relação da Jucione com a Ariadne?

O SR. IVAR POLESSO - A vizinha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. IVAR POLESSO - A vizinha... Eu não ouvi a vizinha, mas eu tive informações de que a vizinha havia reclamado do assédio da Ariadne em cima... da Jucione em cima do bebê dela. Disse que várias vezes ela teria feito propostas para poder ficar com o bebê, para cuidar do bebê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela teria tentado já, diversas vezes, parece que umas 15 vezes, e não teria tido sucesso.

O SR. IVAR POLESSO - Sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas é verdade, ou isso é apenas... Ou, se ela teria tido sucesso, e há outras crianças que já teriam sido levadas... Porque, se esse Carlos estava nessa empreitada, ou seja, na realidade, o que nós verificamos é que os traficantes são insaciáveis, ou seja, o que eles querem..., porque na realidade vão ganhar muito dinheiro.

Só para dizer que estivemos lá no Paraná, e uma criança foi vendida. Eram nove crianças, uma família. Uma coisa que me chamou atenção é que muitas vezes há convivência, inclusive, de um juiz, de um promotor, de uma juíza, de uma promotora no sentido de retirar o pátrio poder, colocando como razão a pobreza. Então, se pobreza é motivo para tirar o pátrio poder, muitos brasileiros vão ter que



entregar isso aqui. Havia um intermediário, e para cada criança que foi levada para os Estados Unidos pagaram-se 9 mil dólares. Nove mil dólares! Então, é um tráfico que dá muito dinheiro. Inclusive, pelas informações que tivemos da Polícia Federal, através da Interpol, era o terceiro em termos de recursos. O primeiro era o tráfico de drogas; depois, tráfico de armas e munições. A terceira era o tráfico de pessoas, nas diversas formas. Mas a informação que nós tivemos é que essa terceira já não é mais a terceira, já se aproxima muito da primeira, ou seja, é um mercado que funciona com mais facilidade. Inclusive, porque muitas vezes as pessoas são enganadas, são ludibriadas. Quando verificam que foram enganadas, já não têm mais condição de encontrar o filho, porque já... Aí, para que esse tráfico aconteça... o senhor tem a informação de que há gente dando proteção para que isso possa ocorrer sem ter a interferência da polícia?

O SR. IVAR POLESSO - No momento em que a Jucione pegou o bebê, ela conseguiu, segundo ela, uma carona com um carro verde muito rápido. Muito rápido. Então, havia alguém aguardando, havia alguém aguardando esse rapto do bebê. Esse sequestro, né? Hoje, rapto não é mais tipo penal. Deputado, existe aqui em Cuiabá... Cuiabá é uma cidade grande interiorana. Então, a gente tem conhecimento com a polícia dos crimes que aqui ocorrem. Então, não é constante a informação de desaparecimento de criança nesses moldes em que foi feito o rapto desse bebê, o sequestro desse bebê. Acontece que existe também na Lei nº 8.069, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, um delito que se chama entrega de filho menor, entrega de pupilo, em que o delito é de 1 a 4 anos. Então, a gente sabe também que há mães que entregam os filhos voluntariamente e não comunicam esse fato à polícia. Então, não é apenas a situação de sequestro, mas, enfim, das próprias mães que vendem os filhos. Por isso acho que talvez Cuiabá não tenha tanta informação na mídia da prática desses crimes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A CPI informa que nós... A CPI vai solicitar a quebra do sigilo telefônico e bancário da Jucione, porque os valores envolvidos são relativamente altos, as cifras de 35 mil que seriam pagas pela criança, o que torna inviável que fossem manuseadas em espécie. Então, teria alguma coisa mais por debaixo do pano, como se diz. Pergunto o seguinte: a Jucione informou alguma vez ter recebido adiantada alguma parte desse pagamento?



O SR. IVAR POLESSO - Sim. Ela esclareceu que o Carlos já havia pago para ela 300 reais, que seria um adiantamento para ela providenciar mamadeira, enfim, o dinheiro que precisava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o empréstimo da filha, daquela adolescente, de 5 mil.

O SR. IVAR POLESSO - Sim, 5 mil reais. Ela propôs para essa adolescente, na condição de que ela fosse emprestada por 5 mil reais, e é exatamente essa informação da história, a alegação de que seria um marido americano que vinha para ver a criança. Então, ela faria, por esse empréstimo, um pagamento de 5 mil reais para a mãe do menor.

O motivo pelo qual a informação dela foi bastante clara nesse sentido, depois, nós ouvimos a mãe do bebê. Também a mãe do bebê alegou a mesma situação, o que nos afastou a possibilidade de entrega voluntária do bebê e de indiciamento da mãe também por prática de crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Esse é um fato, Dr. Ivar, que não é isolado. Aqui V.Sa. tem conhecimento também de outros casos. Como nós temos aqui uma fronteira seca, para a Bolívia, para lá e para cá, sem qualquer tipo de controle, ou seja, nós verificamos isso no Acre, onde travestis da Bolívia são levados para o Acre e vice-versa. Crianças, também, que passavam pela ponte sem qualquer identificação. Se tiver alguma coisa no carro, identifica-se, mas se tiver uma criança no meio, ninguém investiga nada, nem pede documento.

Esse é um fato que chama a atenção, quer dizer, uma fronteira seca onde muitas pessoas passam e não tem um controle, não tem uma fiscalização, por falta mesmo de instrumento.

V.Sa. tem informações já como cidadão, ouviu também outros casos de pessoas que teriam sido traficadas para outros fins que não apenas crianças, mas adultos também, jovens ou crianças para outros fins?

O SR. IVAR POLESSO - A palavra tráfico de pessoas não é usual, não é comum. Inclusive, profissionais da imprensa que estão aqui hoje reconhecem que não é comum noticiar o tráfico de pessoas. Mas desaparecimento de pessoas aqui em Cuiabá e em Mato Grosso é constante. Nós percebemos aí várias pessoas que vêm à delegacia, tanto na Capital quanto no interior, com relação a desaparecimentos de pessoas, o que é uma constante.



Desse bebê, foi um ponto de honra da polícia localizar e descobrir esse crime. Então, novamente eu ressalto a nossa preocupação na época, o empenho que foi feito por toda a polícia para recuperar esse bebê. Para nós, era fundamental que esclarecêssemos esse crime.

Mas temos conhecimento, há boletins de ocorrência constantes de pessoas que desapareceram. E aí fica a pergunta, que é objeto desta CPI, se isso é o tráfico que está oculto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza, isso nos interessa e, se há essas informações, esses boletins de ocorrência, seria importante que fossem entregues à Comissão, para que pudéssemos...

O SR. IVAR POLESSO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Toda a documentação que tiver, os dados novos que V.Sa. tiver, e o Dr. Gianmarco também, serão muito importantes.

Agora, a última pergunta: como a Jucione entregaria a criança? Seria ao próprio Carlos? E seria aqui em Cuiabá mesmo ou ela também iria com o mesmo para...? Porque um homem com uma criança, indo uma mulher, é muito mais fácil identificar. Ela pode dizer: *Não, é meu filho, etc., vou visitar meus filhos na Bahia, etc.* Ela também iria para...? Isso aqui, o senhor não investigou ou ela não falou nada sobre isso?

O SR. IVAR POLESSO - Nós ficamos com dúvidas, porque a alegação, na delegacia, foi que às 18 horas daquele dia, quando foi feita a prisão, que o Carlos iria encontrá-la no local e ele iria ligar para pegar a criança, receber a criança e pagar em espécie.

Mas depois, logo, o Dr. Gianmarco veio da residência dela, onde foi localizado o enxoval. E também, salvo engano, o Dr. Gianmarco vai poder confirmar melhor... Inclusive, parece que tem uma passagem. Eu não me recordo, mas parece que havia uma situação assim de viagem, mais ou menos, agendada para a Bahia.

Então, o fato, Deputado, de que houve uma organização desse crime... Ficou claro que houve a situação do Carlos. Esse indivíduo que prestou carona à Jucione e, tão logo o sequestro, a questão do dinheiro, a questão do enxoval, a questão de uma pessoa de poucos recursos ter uma estrutura bem organizada com relação a acondicionar o bebê, a alimentar o bebê, à passagem, à certidão de nascimento.



Então, é claro, para nós, que havia, que houve, que iria ocorrer delito de tráfico de pessoas. Ficamos felizes de poder ter intervindo e dado pronta resposta à sociedade cuiabana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Para a mesma pessoa agora.

Nesse fato da Jucione Santos Souza, essa possibilidade dessa passagem mostra que algo mais grave pode ter ocorrido e ela pode também ter levado outras pessoas, mesmo porque esse Carlos não... Isso é algo importante na investigação.

A certidão de nascimento é de um cartório de Cuiabá?

O SR. IVAR POLESSO - Vi muito rapidamente a certidão de nascimento, porque logo fizemos a apreensão e encaminhamos essa certidão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - V.Sa. pode encaminhar isso à CPI?

O SR. IVAR POLESSO - Sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Ivar Polesso.

V.Sa. tem mais alguma coisa a acrescentar?

V.Sa. esteja à disposição.

O SR. IVAR POLESSO - São os avanços de iniciativas como esta que possibilitam que a gente consiga mais instrumentos, talvez até maior rigor legislativo na legislação para punir essas pessoas que praticam tráfico.

Portanto, louvo a iniciativa da CPI. Reconheço o esforço dos senhores de virem de Brasília, algo sempre bastante cansativo.

Gostaria de pedir que ao final dos trabalhos tenhamos proposta legislativa de endurecimento de pena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza!

O SR. IVAR POLESSO - O que importa para a Polícia são as ferramentas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso inclusive é o que pedimos. Se V.Sa. tem alguma contribuição... Nós estamos inclusive preparando algo junto com a OAB, que já apresentou sugestões, com o Ministério Público e com o próprio Ministério da Justiça para que possamos ter uma legislação que possa inibir essa situação do tráfico de pessoas. Se V.Sa. tiver contribuições, já as agradecemos. V.Sa. pode encaminhá-las à Comissão, que o nosso Secretário, Sr. Saulo, poderá dar-lhe o endereço, para que possamos receber essas contribuições que são muito



importantes no sentido de que tenhamos uma legislação que possa punir não apenas aquele que pratica o tráfico, mas os mandantes, os intermediários, as casas de engorda, porque existem locais em que a criança é preparada. Em Minas Gerais, a criança era retirada e levada a uma casa para ser preparada. Também havia que considerar o sexo da criança, a cor da criança, a origem da criança, tudo isso, para quem iria receber, tinha importância. Há também o caso da Bahia em que a criança era negra e fora rejeitada, mostrando o racismo desde a sua origem.

O SR. IVAR POLESSO - Eu queria finalizar, dizendo ao Presidente, Deputado Luiz Couto, que as pessoas sempre procuram a autoridade policial e as delegacias reclamando o seguinte: *É, doutor, mas vai ser solto logo*. Percebemos que a solução de muitos problemas que a polícia e sociedade enfrentam passa pela construção no Congresso Nacional. A proposta legislativa, os critérios e as leis mais bem elaboradas, e em alguns delitos inclusive o endurecimento penal, permitem que a polícia e as pessoas tenham mais preocupação em praticar crimes: permitem que a polícia tenha mais eficácia e repressão mais uniforme, motivo pelo qual ficaríamos felizes ao vermos uma legislação especial para tráfico de pessoas e crimes com penas mais severas. Esse é o instrumento do policial. Hoje, trabalhamos dentro da lei. Esperamos que haja uma legislação mais firme e mais eficiente para combater esses crimes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza.

Gostaria de ter mais uma informação.

Foi sugerido à Jucione que ela contribuísse, para que até haja a redução de pena simples.

O SR. IVAR POLESSO - Delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A delação premiada. Se isso foi sugerido a ela... Porque acho que ela tem muito mais informações do que aquilo que ela passou nos termos do depoimento à polícia.

O SR. IVAR POLESSO - A Lei do Crime Organizado permite a delação premiada de um a dois terços. Quando nós fizemos a oitiva dela, nós esclarecemos a importância da delação premiada e fizemos o interrogatório sob o crivo da delação premiada. Esperamos que realmente ela compreenda que o juiz quer julgar e entenda que, quanto mais ela puder colaborar, a gente poderá trazer esse benefício a ela também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Agradeço, Dr. Ivar.

O SR. IVAR POLESSO - Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - V.Sa. pode continuar aqui. A gente agradece mesmo as suas contribuições. Acho importante, inclusive, que V.Exa. possa estar aqui no momento da fala da Jucione, porque aí pode ter informações.

Com a palavra agora o Delegado Gianmarco Paccola Capoani.

V.Sa. dispõe de até 25 minutos.

Nós ouviremos, depois, a Jucione.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Bom dia a todos.

Eu quero agradecer a presença da CPI, cumprimentar os membros da Mesa na pessoa do Deputado Luiz Couto e cumprimentar todos os presentes.

Nós sabemos da gravidade desse assunto, até muito maior do que esse inquérito isolado. É uma coisa nacional, uma coisa que envolve centenas e milhares de vítimas. Estamos felizes de poder contribuir para a CPI.

Eu vou tentar resumir o que aconteceu nas investigações, como os trabalhos aconteceram, e me colocar à disposição, tanto hoje como nos dias seguintes, para fornecer os elementos do inquérito. Até dá para a gente trabalhar *on-line* com essas informações.

Nós recebemos uma denúncia de que tinha desaparecido uma criança. Eram 7 horas da noite. O Delegado-Geral entendeu que o caso era muito grave e passou para a Gerência de Combate ao Crime Organizado. Nós temos uma delegacia específica, especializada para tratar desse assunto, que é a DEDDICA. Mas, como envolvia uma criança, um bebê, ele optou por deixar na nossa gerência.

Nós traçamos uma estratégia de investigação, que era manter contato imediato com o plantão. Na ocasião, era o Dr. Richard o delegado anterior; no dia seguinte, o Dr. Ivar. Na sequência, nós fomos até a mãe, de 15 anos de idade. Ficamos com essa vítima também, de certa forma, na delegacia, até 1 hora da manhã. Nós sabíamos que a mãe iria deixar essa criança para ganhar algum recurso. A história dela estava muito cheia de contradições, mas nós precisávamos que ela falasse detalhes dessa negociação, para a gente, realmente, adotar a linha de investigação mais próxima, com melhor resultado.



Aí ela resolveu... Eram 2 horas da manhã, e ela resolveu dizer que realmente ela estava emprestando a criança. Nós já tínhamos obtido detalhes de que tanto essa mãe como a indiciada tomaram um ônibus na Praça Maria Taquara, aqui em Cuiabá, e se dirigiram à região do Pedra 90.

A estratégia da investigação foi da seguinte maneira: identificarmos a linha de ônibus e tentarmos conseguir uma filmagem do circuito interno do ônibus. Nisso nós ficamos a madrugada. Retomamos, às 6 horas da manhã, com o técnico da empresa de ônibus, essa diligência focada em identificar a filmagem. Isso parece que é simples, mas não é, porque você não sabe qual é o ônibus, qual é a linha. São milhares de câmeras. Mas nós tivemos todo o apoio da empresa de ônibus. Ficamos em 10 pessoas, mais ou menos, tentando localizar essas imagens, até que nós conseguimos, por volta das 9 e meia do dia seguinte, uma imagem que mostrava o perfil da indiciada. Optamos por divulgar imediatamente isso na imprensa. Queremos agradecer o trabalho da imprensa, que prontamente divulgou.

Após 1 hora e meia surgiu a denúncia de onde a mulher estaria. Graças a Deus, a criança foi encontrada. A Polícia Militar, via CIOSP, disparou a informação, e eles prontamente se dirigiram ao local e prenderam a mulher e localizaram a criança. A partir daí, o flagrante foi lavrado no CISC, na presidência do Dr. Ivar, e eu permaneci nos trabalhos externos.

Ficou um ponto a se esclarecer, sobre a vizinha, Ariadne. Essa menina teve um contato com a indiciada há uns meses antes desse fato, e ela percebeu que a indiciada tentava pegar essa criança. Em algum momento, pedia a ela para deixar a criança com ela, dizia que ela poderia sair para fazer alguma coisa na cidade e poderia tranquilamente deixar a criança em poder dela e tal. A mãe, acho que por um sexto sentido de mãe, nunca permitiu que a criança ficasse com essa pessoa, com a indiciada Jucione.

Enfim, no dia do flagrante, nós encontramos a declaração de pessoa viva da própria filha da Ariadne na casa da Jucione, o que comprova que ela furtou esse documento da vizinha naquela ocasião anterior, já com intenção de levar, de organizar a documentação e o transporte, de facilitar o transporte de criança.

Agora tem várias dúvidas, conjecturas. A investigação é muito recente. Então, fica a primeira dúvida: o sexo. Anteriormente, se ela pegasse a filha da Ariadne, era uma criança feminina; posteriormente, foi um menino, Nicolas, a vítima. Então, dois



sexos. Dá-se a impressão de que não é para adoção, porque, na adoção, geralmente a pessoa escolhe o sexo. Então, ela tentou pegar a primeira criança feminina e depois sequestrou um menino.

Então, você começa a pensar conjecturas. A segunda situação: a pessoa que encomendou essa criança pretendia recebê-la na Bahia. Há informes no inquérito de que ela iria, dia 7 de maio, 7 de junho, deslocar-se para a Bahia. Isso está confirmado também pela Jucione, pelo fato de ela ter furtado algumas roupas de criança do sexo feminino, para despistar as autoridades, já que as pessoas estariam procurando um menino quando do deslocamento dela. Então, ela o vestiu. Ela estava tratando a vítima como mulher, como um bebê feminino.

Algumas coisas também foram ditas por uma parenta do convivente da indiciada no sentido de que ela estaria dizendo para a própria mãe, lá na Bahia, que estava grávida e que ia chegar com um bebê. Então, esse é outro ponto que nós vamos precisar aprofundar com as polícias de lá.

Há uma série de questionamentos ainda e de trabalhos que nós vamos fazer, mas eu acho que o foco, desde o dia em que eu comecei a investigação, é saber se efetivamente existe esse Carlos. Essa mulher não está sozinha, isso é óbvio. Ela não é uma coitada, embora possa ser uma pessoa de pouco estudo. Ela falsificou documentos, ela montou um esquema para sair com essa criança e ela conseguiu pegar uma criança. E, se nós...

Há uma dúvida também, como o Dr. Ivar falou: às 6 horas da tarde ela poderia ter passado a criança para outra pessoa como também poderia ter se deslocado com a criança para outro Estado, e a gente, talvez, nunca mais conseguiria localizar essa criança.

Então, ainda há vários trabalhos a seguir. Eu vou até aproveitar e dizer isto em público: nós temos uma informação de que esse Carlos entrou na agência de um banco aqui da cidade em março. Nós fomos até essa agência bancária em companhia da Jucione. Ela mostrou, apontou com detalhes como é que eles ingressaram no banco e em alguns outros locais da cidade. Esse indivíduo é um indivíduo de 50 anos, mais ou menos, trabalha como agiota e usa umas pulseiras de ouro. Ele usa bastante ouro. Dessa caminhonete S10 branca não nos foi passada a placa completa, apenas os números. E, junto aos DETRANs de São Paulo e de



Mato Grosso, nós estamos tentando fazer uma pesquisa; de todos os veículos que possuem esses 4 números, quais seriam de caminhonete branca.

Então, é um trabalho que já foi desencadeado; não está pronto ainda, e eu não sei se nós vamos conseguir chegar... Nós não sabemos ainda se ela criou alguns detalhes sobre esse indivíduo. Já oficiamos o banco para tentar obter as imagens desse... Nós já temos os dias e horários em que ele esteve nessa agência bancária, segundo a indiciada, e acreditamos que, se o banco ainda possuir essas filmagens, nós podemos chegar até ele.

Eu estou falando aqui de público com a finalidade de realmente obter auxílio e de isso ser divulgado. Esse indivíduo é daqui, de Cuiabá, e se chamaria Carlos; é agiota; tem mais ou menos 50 anos de idade; andaria com essa caminhonete S10 branca e tem o hábito de andar com correntes de ouro e tal. E foi dito pela Jucione que ele estava com duas armas de fogo dentro da caminhonete. Pela forma como ela colocou, nós entendemos que tem um fundo de verdade essa história, ou ela é muito astuta para criar detalhes, o que não é comum quando as pessoas mentem.

Enfim, a investigação continua. Nós vamos fazer diligências de análise de quebra de sigilo telefônico e vamos contar com o apoio da CPI, para eventuais requisições que precisarmos, e da Polícia da Bahia. Eu só não acionei ainda a Polícia da Bahia porque nós estamos direcionados neste momento a encontrar esse Carlos. Com os outros elementos, como quebra de sigilo telefônico, nós estaremos entrando em contato com a Polícia da Bahia, porque nós queremos saber sobre a família dessa Jucione. Nós temos de ter certeza se a filha dela realmente é filha dela e outros detalhes com relação à vida dela. Mas, no momento, eu estou focando na figura de quem estaria encomendando a criança.

Obrigado. Acho que são essas as considerações. Se houver alguma outra dúvida que eu puder esclarecer...

Agradeço mais uma vez a presença da CPI neste Estado, porque nós sabemos que é muito preocupante a questão da fronteira. Nós tivemos um caso de sequestro há pouco tempo, quando a criança estaria em outro país já. Já a localizamos, embora os indícios apontem que foi a própria mãe quem sequestrou essa criança, uma menina. Mas ela saiu muito rápido daqui, na sexta-feira à noite, e chegou a outro país pela fronteira, de forma muito preocupante.



Então, nós realmente temos que olhar para esses crimes, que, muitas vezes, para a polícia, não existem. Não há lá crime. BO de tráfico de órgãos, eu nunca vi nenhum. Agora, de desaparecidos, nós sabemos que a Homicídios constantemente registra. Então, nós agradecemos e nos colocamos à disposição.

Agradecemos o apoio da Polícia Militar, que tem sempre trabalhado em conjunto. Estaremos na nossa base, lá na GCCO, para qualquer providência que for solicitada, requisitada, pela CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Gianmarco Paccola Capoani.

Antes de passar a palavra para o Deputado José Augusto Maia, pergunto: foi feito o retrato falado do Sr. Carlos?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não. Nós temos uma dificuldade com retrato falado: é uma diligência de pouco resultado. Como nós estamos prestes a obter a filmagem, nós estamos aguardando, talvez hoje ou amanhã, essas filmagens. Se não obtivermos em nenhuma das câmeras onde estamos procurando... Não só estão na agência bancária mas em comércios locais. E há as câmeras do CIOSP. Então, esgotando essa diligência, aí, sim, iremos fazer o retrato falado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Observando aqui os esclarecimentos do primeiro delegado, o segundo indiciado do caso foi denunciado à polícia pela mãe do bebê, que contou que Jucione fugiu com o filho dela após se encontrarem na Praça Taquara, no centro de Cuiabá, e partirem no mesmo ônibus até a localidade de Pedra 90.

Após receber notícia do crime, a Divisão de Antissequestro anunciou à Polícia Militar, a qual encontrou a sequestradora e a criança no ponto de ônibus. A criança foi conduzida até a Central de Flagrantes, enquanto o auto de prisão em flagrante era lavrado pelo Delegado Ivar Polesso. O Delegado Gianmarco, que falou agora, que foi até a casa onde ingressou para realizar buscas com documentos dos demais moradores... E foi encontrada uma Declaração de Nascido Vivo, documento emitido pela maternidade, que é o registro de nascimento do recém-nascido em nome de



uma menina, bem como uma Certidão de Nascimento falsa. Tal fato explica a razão de a criança sequestrada ser um menino, tendo sido encontrado pela Polícia vestida com roupas femininas, o que também pode ter sido usado pela sequestradora, já que todos, inclusive a polícia, estariam buscando um menino.

Rayanne informou ter recebido 5 mil reais.

Observando aqui, dos dois Delegados, e a Jucione Santos, ela não é nada boba. Eu acho que ela está aí... Tem muita coisa para tirar dessa mulher.

Eu acredito, Couto, que depois desse sigilo telefônico é que vamos encontrar muita coisa, porque a peça fundamental aí está no Carlos. O Carlos como... Você vê agora como o delegado aqui vem procedendo a seu trabalho em busca de informações. Já tínhamos, que não sabiam, não é?, que esse cara usa uma caminhonete branca — já temos a placa aqui —, que anda com muito ouro aí por cima. Deve ser cara que gosta de ter grana, não é?, para andar com muita joia.

Eu, quando eu queria... Como CPI, eu volto ainda o caso para a Bahia. Como tem uma relação com a Bahia, eu acho que a CPI... Nós devemos fazer um encontro com as investigações, também da Bahia, no caso da carne lá. Ninguém me tira da cabeça que essa organização, essa rede criminosa, ela tem o seu QG lá na Bahia. Eu acredito que vamos ter uma relação com essa... Eu acho que o sigilo telefônico; essas filmagens lá do banco; a conta; essa mulher ter aberto duas contas na Caixa Econômica e no Banco do Brasil e apresentado um volume aqui de 35 mil reais... Alguma coisa aqui de que o papo é de que é para enganar um namorado lá no exterior... Não foi repassado para vocês? Aqui tem também que a coisa é pegar essa criança para emprestar. Interessante, né? Ninguém vai cair nessa onda de emprestar uma criança para que alguém leve para o exterior para dizer que é filha e aí enganar e ganhar uma pensão alimentícia. Esse caso está muito enrolado, na minha concepção.

E nada... Acho que tudo leva a crer que esse crime é um dos piores que tem, que é a questão do tráfico de órgãos. Isto é uma coisa que, delegado, eu tenho dito: a gente tem que redobrar os esforços para encontrar onde essa organização aqui do Brasil está acontecendo. Na realidade, as informações que a CPI tem de uma criança lá nos Estados Unidos; de que tem essa coisa aí dessa ONG também que nós temos lá em São Paulo e que depois eu vou repassar para vocês; de que uma



criança, ao preço de 25 mil dólares... Nós temos essa informação. Então, leva a crer que essa organização está por todo o Brasil.

E aqui se sabe de um caso, mas às vezes já há muitos que estão aí, e eu tenho dito a importância desta Comissão. E a gente agradece muito à imprensa. Que divulgue, porque foi a novela... E agora a novela passou. Agora a Comissão continua, e deve ter muita gente com informações aí trancadas, com medo, porque essa rede criminosa está espalhada em todo o Brasil.

Agora — viu, meu Couto? — eu acho que neste momento esse sigilo telefônico, essas filmagens... E chegar a esse Carlos. Esse cara, junto com ela, está, com certeza, nessa rede organizada em todo o Brasil. Tenha certeza, delegado: a coisa não é pequena, não. A coisa é grande, envolve muito dinheiro. Já andamos por todo este País. Tem coisas horríveis que a gente vê, e gente grande envolvida. Não pensem, não. No Pará e em outros cantos em que estivemos aqui — não vou citar agora porque são coisas sigilosas —, tem muita gente grande envolvida, muita. Grande, é peixe grande, porque na coisa corre muito dinheiro.

Então, eu tenho as minhas observações que tenho a fazer. Eu queria saber do andamento, de como vão as investigações. Você está me colocando aqui que é o ponto principal chegarmos a esse Carlos. Tenho certeza de que essa menina aí sabe, porque ela não é boba, não. Ninguém... Eu tenho essa experiência, e o Couto aqui também. Não tem gente boba envolvida nesse negócio; não tem.

Outra pergunta, que eu vi aqui e fiz: essa questão da vizinha, talvez, que foi encontrada aqui... Essa certidão não é do seu conhecimento? Porque aqui foi no passado...

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Sim, sim. A vizinha recebeu a visita dessa indiciada em alguns momentos e percebeu que ela queria ficar próxima da criança dela.

Quando nós fizemos a apreensão na casa da indiciada nós localizamos a Declaração...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Falsa.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - ...da filha da vizinha. Ela a furtou naquela ocasião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ela queria usar aquela Declaração para...



O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Para a outra...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Para a outra criança.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Então, é um negócio que tem meses de pensamento, de tentativa. Não é...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Coisa de gente boba, não.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não, não é. Tem gente que não sabe nem que existe declaração de pessoa viva. A pessoa falsificar um documento com essa facilidade que ela... Realmente eu entendo que ela não é nada inocente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Uma pergunta: essa vizinha, parece que ela não está mais morando na rua. Tem essa informação?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - A Jucione é que teria mudado. Isso daí eu não tenho... Nós estamos para ouvir a vizinha. Nós tentamos oitívá-la de novo, a Ariadne.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É importante.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Foi até... Há uma ordem de serviço nesse sentido, de ouvir a vizinha e ouvir a Jucione na delegacia novamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Outra coisa: a maternidade da qual vem essa... Vocês já observaram também de onde veio a certidão?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não, não, não. Nós não fizemos esse... É que tem uma série de diligências, mas o foco nosso agora é no Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não, porque eu digo assim, é claro: a nossa experiência é uma, a sua é outra. Você é policial, é formado para isso, não é? Mas são detalhes com que às vezes a gente chega... Numa besteirinha aqui...

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Com certeza, com certeza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom, eu quero dizer que estou satisfeito com a sua fala aqui na CPI.

Eu acho que os esforços agora são esses mesmo: pegar o Carlos. Eu quero pedir à imprensa, que tem contribuído demais com esta CPI... Ela tem sido fundamental. A imprensa tem colocado para esta CPI coisas em que a gente tem avançado muito, até porque, quando a imprensa alerta, não é só mais o delegado vendo, é a cidade toda: "*O cara é assim, a pinta é essa, o carro é esse*". Daqui a pouco chega uma informação por telefone, e a gente tem...



Quer dizer, agora o foco mesmo, como disse você, é justamente pegar esse Carlos. Ele, com certeza, vai estar ligado a essa da Bahia. Por aí a coisa é bem arquitetada. Não tem gente boba. Não encontrei um até agora. Quando a gente vê... Já foram muitos — centos e tantos — que nós investigamos. Quando chega assim, parece ser uma pessoa inocente. Não tem, são todos bem orquestrados. A rede... Não pensem... E olhem que vocês estão vendo um caso aqui... Eu tenho absoluta certeza de que só não tem este caso aqui.

A partir de hoje, depois desta CPI, se a imprensa contribuir, como vem contribuindo, e fizer essa divulgação deste caso, se alguém tem no seu bairro o comentário de que uma criança sumiu de uma forma estranha como essa e tal, que nos procure, procure aqui as autoridades policiais daqui, porque esta CPI tem algo muito bom para a gente desbaratar essa rede criminosa internacional que está fazendo tanta gente sofrer.

No caso daqui, esse que a gente viu lá na Europa, das boates que estão sendo fechadas... A gente encontrou aí que, em Salvador, eles usam, como na novela, uma empresa de modelos; lá usavam uma academia de ginástica. Botam lá a academia de ginástica, e chegam aquelas meninas bonitinhas e tal. Ali tem alguém que foi para trabalhar, para um papo; depois, leva para o restaurante. Daqui a pouco a menina é iludida e vai para o exterior, vai para um cárcere privado. Isso aí são coisas horrorosas.

Bom, eu acho que a polícia aqui tem andado no caminho correto. Nós só queremos dizer que vamos nos unir a vocês e fazer um elo com a Bahia, o foco da Bahia, porque vamos encontrar coisas. Temos certeza de que vamos ter indícios aqui dessa organização, porque deve estar o QG lá na Bahia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado José Augusto Maia.

Agora, Delegado Gianmarco, eu queria... A pergunta que eu fiz ao Dr. Ivar, que disse que estava de plantão e V.Sa... Com relação... Parece que, no auto de apreensão, foi encontrado um cartão chamado “Cartão Diversão Porto Seguro - Bahia”. Houve alguma identificação para saber o que seria isso aí? Podia ser... Tem casos na Bahia, onde a gente esteve também, de pessoas adultas que foram levadas para a Espanha. Era também um espaço de diversão que era usado como



lugar de preparação para que as pessoas que iam para a Espanha pudessem se preparar para a atividade. Iam lá ser dançarinas e, na realidade, não iam ser dançarinas; iam ser prostitutas lá e obrigadas a ter, no mínimo, cinco relações por noite. E sempre tinham dívidas. Nunca recebiam, porque eram sempre dívidas e mais dívidas.

Há alguma identificação com relação a esse Diversão Porto Seguro Bahia?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não. Para toda a documentação que envolve banco nós estamos organizando um pedido de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas esse aqui não é banco, não. É Cartão Diversão Porto Seguro - Bahia. Parece ser o lugar onde... Não sei se é dança, se é outra coisa. Então, era importante...

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não, nós não investigamos isso ainda, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Então, procurem verificar com... É em Porto Seguro, viu?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Até aproveitando... O senhor perguntou do retrato falado, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Como essa senhora, ela veio apresentando várias versões, havia uma dúvida, até anteontem, se realmente existia esse indivíduo. Quando nós saímos em campo — ficamos o dia todo com ela —, aí nós realmente acreditamos que existe esse indivíduo. Então, só para complementar anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - O retrato falado poderia despistar inclusive a imprensa, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Correto.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Então, a gente evitou.

Esse cartão... Eu confesso que eu não aprofundi ainda em todos os objetos apreendidos, porque a gente está focando mesmo em cima do Carlos. Agora, é importante, porque é praticamente certeza que a Bahia é que está receptando essa criança. Seja com o Carlos, seja com ela, o problema da origem está na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Correto.



Eu acho que aí... Em alguns momentos, aparece o nome Carlos, mas aparece também o nome Marcos. Seria uma figura que usaria vários nomes para despistar?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Ela foi mais enfática em dizer Carlos. Eu acho que não é Carlos o nome do indivíduo. Se nós tivermos essas filmagens, nós vamos conseguir localizar. Acredito que ele não vá dizer o nome verdadeiro, né?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É. Não diz, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com relação a esse cartão Ourocard do Banco do Brasil?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Também nós não fizemos essa investigação em cima dos cartões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela tinha contas no Banco do Brasil e Caixa Econômica?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Sim, ela tinha duas contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela informou isso?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E esse dinheiro, oitocentos...

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Esse dinheiro foi um dinheiro emprestado do convivente. Isso daí nós apuramos. Ele fez um empréstimo no banco para fornecer dinheiro para ela viajar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Inclusive, o menino apresentou assim uma versão bem coerente. E foi a vítima, foi até vítima, porque ele acabou ficando endividando agora. Na boa-fé, forneceu o dinheiro para ela poder sair com a criança, para poder viajar para a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mesmo ela, em nível escolar... Parece que ela só tem até a 8ª série, né?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Ela... Eu não sei esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ou seja, mesmo sem..

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Na qualificação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas é uma pessoa que, do ponto de vista... Não é daqueles que não sabem falar. Ela consegue... Ou seja, numa ligação, ela pode inclusive tentar enganar as pessoas com diversas versões.



O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, né?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - É, o nível de escolaridade para fins técnicos. Se falar em nível de escolaridade criminal, às vezes ela já está no mestrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está no mestrado, né?

Eu queria perguntar ao senhor o seguinte. Ela diz que teria tentado, sem sucesso, 15 vezes isso aqui. Ou seja, isso o senhor, que é delegado e que sabe efetivamente quem está falando, consegue perceber se de fato esses 15 tiveram sucesso, só que ela queria agora dizer: *“Olha, não, eu estava procurando. É o primeiro caso. Então, a gente tentou isso aqui para encontrar”*. A prova de que ela... Ela que procurou uma criança, uma menina — do sexo feminino —, e depois ela pega um menino e, para despistar, veste esse menino como se fosse uma menina, né? Mostra que é uma organização que tem... O *modus operandi* é de quem quer despistar, para dizer: *“Não, aqui é uma criança, uma filha minha que vai para a Bahia comigo. Não tem nada disso aqui”*. Essas 15 vezes que ela diz... Foi aprofundada essa investigação para saber se de fato ela não fez também sequestro de outras crianças?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Nós acreditamos que não, mas as 15 vezes que ela menciona... Foi feita essa menção ao Dr. Ivar, quando da lavratura do flagrante. Eu não sei nem detalhes sobre essa versão. Ela disse que tentou 15 vezes na praça procurar alguém que fosse fácil de convencer a ter a posse da criança. Essa informação veio da própria indiciada, nas tentativas de ela obter acesso a uma criança. E aí então, na sequência, ela conseguiu se aproximar dessa mãe, e virou essa investigação.

O que me chamou a atenção é que a Ariadne — ainda será ouvida —, ela me falou em entrevista que, se deixasse a criança com a Jucione, com certeza, a percepção dela era no sentido de que a criança iria ser sequestrada. Como é uma criança de sexo feminino me causou uma preocupação maior. Quer dizer, tanto faz o sexo, vamos pegar a criança.

Eu acho que ela não levou mais criança daqui, pelo menos nós não temos isso no inquérito. A gente não pode achar, na verdade. Eu estou dando uma opinião como pessoa. Como delegado, eu não tenho nada no inquérito de que ela pegou



outras crianças. Nós vamos ter que levantar agora com mais calma o cotidiano dessa moça, dessa indiciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A Ariadne, ela diz que a Jucione a auxiliava. Em que era esse auxílio, era dinheiro? O que era?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A quem Jucione auxiliava, depois de se conhecerem, há cerca de até 6 meses antes? Ela trabalhava para... Ela pagava alguma...

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Ah, sim! Em alguns momentos ela trabalhava na casa da Ariadne. Elas tinham uma... Uma auxiliava a outra em atividades do lar, assim. Elas tinham esse vínculo por serem vizinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Eu queria agora perguntar ao senhor o seguinte. Na situação em que ela se encontrava... A motivação desse crime, especialmente diante da notícia de que o sequestro poderia ter-se dado para envio de criança ao exterior. Isso o senhor, como delegado, que tem profunda experiência... Ou seja, para o fim de utilização da pessoa em rede de tráfico de órgãos humanos, isso apareceu em algum momento?

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - No inquérito, o que nós temos é a versão de que eles iriam matar a criança, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - E que ela estaria se deslocando para a Bahia dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Eu ouvi também na entrevista que o senhor diz: *"Não, nós continuamos investigando. Ali é um primeiro momento, mas as investigações, elas continuam"*. Nós gostaríamos que, no momento em que essas investigações... o resultado fosse encaminhado à CPI de Tráfico de Pessoas.

Muito obrigado, Dr. Gianmarco Paccola Capoani. Se S.Exa. tem mais alguma coisa a acrescentar, esteja à disposição.



O SR. GIANMARCO PACCOLA CAPOANI - Não, somente frisar que nós estaremos encaminhando o avançar das investigações no *e-mail* da própria CPI, para fornecer da forma mais rápida possível a atualização dos resultados nossos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aqui nós recebemos duas perguntas. Aqui está dizendo que, quando se referir à criança e adolescente, não mencione o nome. A gente colocou apenas um nome, conforme o Estatuto da Criança. A gente sabe isso aqui, mas o fato é que não foi a criança que... Está nos autos o primeiro nome, quer dizer, mas não colocamos o nome completo e também não demos a outra identificação.

Se durante as investigações logo que percebido o indicativo de tráfico de pessoas para fins de tráfico de órgãos, por que não procuraram, por meio do Carlos, identificar rotas de tráfico? Ou seja, a pergunta seria se esse caso do Carlos... Foi você que fez? É? Então, poderia...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

O que é que seria, ou seja, se esse Carlos, ele seria apenas uma figura daqui, ou se ele seria esse Carlos que teria vinculação com Porto Seguro, com Vitória da Conquista e com outros lugares, ou com países aqui da América do Sul. Essa figura não foi investigada sobre isso aqui, ainda se investiga. A primeira coisa é identificar esse Carlos, certo?

Muito obrigado. Agradecemos ao Dr. Gianmarco Paccola Capoani e vamos ouvir agora a Jucione Santos Souza.

Eu peço, no caso, à própria polícia que possa ficar e que tire as algemas dela para ficar melhor.

Há uma cadeira para ficar no meio, aqui? Seria melhor aqui, para a gente ouvir e ver a face dela.

Então, tragam a Jucione aqui porque ela tem que fazer o termo de... Já fez? Assinou ou não? Ela tem que assinar, né? Convocada. *(Pausa.)*

Seu nome é Jucione Santos Souza. Isso mesmo?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Jucione, é o seguinte, tem um termo... Como foi feita a convocação, tem um termo de depoimento. Aquilo que for perguntado, é claro que aquilo que você não vai achar que vai ser... Você não é



obrigada a produzir provas, porque você já é indiciada. Mas aquilo que for perguntado e que você souber... Você leia aí esse termo de depoimento.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Jucione.

Jucione, é o seguinte: você foi presa e agora tem um tempo, um momento em que você pode falar. Nós ouvimos agora os delegados que fizeram as investigações, e continuam fazendo, e você tem um tempo para que possa colocar a sua versão, o que você diz sobre esse acontecimento todo e o que tem a declarar, além daquilo que você disse na polícia judiciária, aos delegados. Então, você tem um tempo para que possa falar. Então, você está livre agora para falar sobre o que ocorreu.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu conheci o homem na hora errada, no momento errado. Sob ameaça, ele ameaçou a minha filha, a mim. Eu vim pra Cuiabá com o meu ex-marido, ele me trouxe pra aqui. Aqui ele me deixou, foi embora, e eu fiquei morando de aluguel, com a minha filha pequena. E eu conheci esse homem no momento errado, ele me ameaçou, e eu fiz o que ele pediu, porque eu tenho filhos e eu queria proteger a minha filha, né? Eu fui morar na casa de um pessoal, de favor, e aí eu praticamente servia de empregada para eles, e foi quando eu conheci o rapaz que me abrigou na casa dele, o Lenildo, e ele me deu apoio. Eu não contei a verdade para ele porque ele tem uma família e eu queria preservar a família dele porque eles tinham me dado apoio. E tudo o que eu fiz, tudo o que eu fiz de errado, eu sei que eu errei, mas foi pra proteger a minha filha, porque eu tenho 4 filhos — entendeu? —, e aqui, em Cuiabá, só éramos eu e ela. Entendeu? A minha filha está no Conselho Tutelar, como todo mundo sabe, e eu me arrependi. Mas eu me arrependi porque eu sou mãe, eu tenho filhos. E eu sei que eu errei, e por isso que eu estou aqui falando pra vocês. Eu errei porque eu fui ameaçada, sabe? A minha filha foi ameaçada. Ele me ameaçou várias vezes, não foi uma vez só, foram várias, entendeu? Então, assim, eu digo pra os senhores que eu estou arrependida muito mesmo, mas eu quero que tenha justiça. O meu medo maior é só que ele faça alguma coisa com a minha filha, e comigo, né? Porque mesmo que eu esteja presa ninguém está protegida, ninguém. E com a família desse rapaz, com a família que me apoiou, uma família que me deu abrigo; e é isso o que eu temo, só isso.



Entendeu? Porque eu acho que não conseguiram pegar ele ainda e eu só temo isto: que aconteça alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você conheceu esse rapaz, quando você o conheceu?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O Sr. Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu conheci no mês de março, acho que no começo de março. E desse tempo para cá, ele vinha me ameaçando, dizendo que o meu tempo estava passando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele ameaçava, mas ele dizia o quê? O que é que ele queria de você?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele queria que eu pegasse uma criança pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas ele deu o nome?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Mas ele não me falou, ele não me deu o nome de ninguém, ele não me falou quem era a criança, ele simplesmente pediu a criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era só o nome Carlos, não tinha outro sobrenome não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Só esse, não tinha outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele queria a criança de qualquer sexo ou tinha definido?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Qualquer sexo, qualquer um, ele não tinha definido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a idade também?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, ele falou até 5 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Até 5 meses. Cinco meses. Também tinha alguma coisa com relação à cor da criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não falou nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eram só crianças... E ele dizia para que ele queria essas crianças?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Quando eu perguntei a ele, eu perguntei o que ele ia fazer, ele só falou que ia lucrar muito. E eu perguntei: “O senhor vai matar?” Ele falou assim: “*Mais ou menos.*” Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você conheceu esse rapaz como?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu estava na Avenida do CPA, porque eu não conheço muito Cuiabá. O meu ex-marido me trouxe para aqui, e aí, só que ele não me levava aos lugares para eu conhecer, me levava só no necessário. Aí eu peguei o ônibus errado, peguei o 311. Era para eu pegar o 311, eu peguei o 308 e fui parar na Avenida do CPA. Eu não sabia voltar. Aí eu perguntei ao motorista como que eu fazia. Ele falou assim: “*Está longe do centro. Então, você desce, no próximo ponto você pega um ônibus descendo.*” Aí eu, como o ponto estava longe, eu dei a mão, assim, para o homem parar para eu pedir informação. Aí passou um carro preto na minha frente, em seguida, ele passou atrás. Aí ele parou. Aí eu perguntei a ele onde que eu pegava o ônibus para ir para o centro. Aí ele falou? “*Ah, eu estou indo para o centro, você quer uma carona?*” Aí eu estava junto com a minha filha. Aí eu peguei. Foi na hora errada e no lugar errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como é que era esse homem? A altura, a idade, mais ou menos.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele é branco, ele é um senhor. Ele tem o cabelo grisalho e, assim, na faixa de idade, ele deve ter de 52 a 55 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele estava ali, e o carro dele era uma...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Era uma S10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - S10. Você não identificou placa, não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, só a primeira letra e o número da placa, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como seria a letra que você identificou?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É K 8917.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É 8917.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E foi nesse primeiro momento que ele já propôs a você...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi. Ele começou a falar coisas e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele propôs alguma coisa, alguma cantada a você para alguma relação com ele?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Primeiro, ele começou a falar, assim, como se fosse cantada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Cantada.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu entendi como cantada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí depois eu fui perguntando as coisas a ele, aí ele falou que já estava acostumado a fazer isso aqui em Cuiabá, com mulheres aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas como é que você entrou num carro, carona com uma pessoa que você nem conhecia?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, ele falou que estava indo ao centro. Como eu estava indo pro centro, eu estava precisando ir lá ao centro, eu não sabia que ônibus pegava, nem nada. Aí ele me perguntou se eu ia pro centro, eu falei pra ele que ia. Ai eu falei: *"Não, moço, eu só queria saber onde pega o ônibus."* Ele: *"Não, eu deixo você lá na praça."* Aí me deixou lá na praça e começou a conversar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O fato é que, na primeira vez, ele tentou, na linguagem, lhe cantar, negócio. Mas quando é que ele propôs a você: *"Olha, eu estou agora querendo que você me arranje crianças."* É uma só? Ou eram crianças?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi uma só. Ele só queria uma só, devido... Ele ficou conversando comigo e tudo. Aí ele parou numa rua, estacionou o carro, eu desci e ele falou: *"Ah! Você pega o ônibus ali."* Aí me levou na Praça da Matriz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas ele lhe oferecia quanto para você arranjar essa criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele falou que se... Ele falou comigo que se eu conseguisse a criança, ele me dava 35 mil reais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Trinta e cinco mil.

E você não tentou tomar emprestado o nome de uma criança de uma outra pessoa vizinha sua?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, não tomei, tentei emprestar. Foi assim, porque o marido dela queria que eu vendesse droga pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O marido dessa menina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que menina?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Dessa que... Foi ela que me denunciou. Não sei como é que foi a história direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Da Ariadne. Aí eu peguei, empurrei o marido dela e dei um murro nele. Falei com ele que eu não tinha precisão de vender droga. Ela ficou com raiva de mim. Aí foi o negócio que aconteceu do papel, do nenê. Mas aí, ela já tinha ido comigo falar com esse Carlos. Até ela própria já tinha ido falar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Você tinha... Na identificação sua, na polícia, você tinha um cartão lá: Diversão Porto Seguro, na Bahia.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Um cartão de um lugar que era chamado Diversão Porto Seguro, Bahia. Era um cartão.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É de um *shopping*, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É um *shopping*?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Um *shopping*.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É um *shopping* onde eu levava minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sua filha.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você saiu de Porto Seguro, veio para cá como?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu morava lá... Sempre morei lá. Depois, quando minha filha tinha 1 ano, eu voltei pra Bahia. Eu morava no Rio de Janeiro, aí eu votei pra Bahia. Quando cheguei, eu conheci um rapaz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você também já morou no Rio de Janeiro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Já. Eu tenho dois irmãos que moram lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Trabalhou lá?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em que você trabalhou lá?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu trabalhei em quiosque, em praia, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí, eu voltei, minha filha tinha 1 ano de idade. Aí eu peguei e conheci um rapaz. Eu conheci um rapaz e aí eu me envolvi com ele. Aí ele chegou e... Ele veio primeiro com a família dele pra cá, a mãe dele e as irmãs, e o padrasto dele morava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - No Rio de Janeiro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, lá na Bahia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ah! Primeiro na Bahia.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Alguma vez, você esteve em Vitória da Conquista, na Bahia?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. A Vitória da Conquista, quando a gente vem da Bahia, tem que passar em Vitória da Conquista pra vim pra cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E esse Carlos...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele queria que eu pegasse a criança e levasse pra Vitória da Conquista, pra entregar a uma mulher.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É você quem ia levar.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu que ia levar pra entregar a uma mulher lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Uma mulher?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Para entregar a uma mulher?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É o seguinte: como foi que vocês mantiveram contato após essa carona?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele me ligava só de orelhão para o meu celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De orelhão.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, para o meu celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pro seu celular?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você deu o celular pra ele?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Dei o número do meu celular. Porque é assim: eu peguei o ônibus 608, porque eu morava no Residencial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí, eu pensei que eu não ia ver mais ele. Aí, ele foi me seguindo. Entendeu? Ele pegou e me seguiu. Aí eu peguei e... Tinha dado o meu telefone pra ele. Aí ele ficava me ligando, me ameaçando, falando que meu tempo estava correndo, se eu amava a minha filha. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Você disse que esteve aqui, veio com o seu marido.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi, o rapaz que eu morava com ele lá na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que você morava com ele.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com quem você teve os três filhos? Não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - São de pais diferentes?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Agora, o que é que leva você... O que levou você a perguntou pra ele, pra o Carlos, se ele iria matar a criança? Por quê?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque eu fiquei com medo. Assim, pelo jeito dele, as ameaças que ele fez, aí eu perguntei. Ele falou que eu queria saber demais, que eu perguntava demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele ameaçava sua filha de quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - De morte, de matar. Ele falou que se eu não fizesse, ele ia matar, matar minha filha, matar o rapaz...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Se você não entregasse a criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Se eu não entregasse a criança a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você também foi ameaçada?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Fui, várias vezes, várias vezes, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Uma outra coisa que eu queria perguntar a você, pra depois...

Quem tiver pergunta, pode passar para a gente aqui, que a gente faz, ou então para...

Você tem duas contas. Você disse que estava aqui trabalhando, vivendo de aluguel.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, de pessoas que estavam ajudando você.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual a sua relação com a Ariadne?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ariadne?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu era vizinha dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dela?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. Eles são usuários de droga. Assim, eu ajudei muito ela no começo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. E você disse aqui no depoimento que você auxiliava a Ariadne. Em que você auxiliava.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Auxiliava, como assim? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, eu pergunto, no depoimento seu, que...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, porque eu ajudava ela muito. Assim, ajudava, as coisas, as minhas coisas mesmo, que eu não tinha onde colocar, eu dei a ela, de casa. Entendeu? Mas eu nunca, como ela falou, que eu trabalhava na casa dela, eu nunca trabalhei na casa dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

E por que você pega a certidão, tira da casa dela e leva, como se fosse uma certidão sua, para o cartório, de criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu fiquei com raiva dela por causa desse negócio do marido dela. E aí eu fiquei com raiva dela, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Alguma vez o marido dela ou ela obrigou você a vender droga?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele queria que eu vendesse pra eles. Aí eu peguei e fiquei com raiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas você chegou a vender?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não cheguei a vender droga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Além do mais, eu queria perguntar: mas por que você disse que era só uma criança se tinha um enxoval quando foi feita a apreensão? Por que esse negócio de enxoval?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque foi ele que me deu dinheiro pra mim comprar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele deu dinheiro para você comprar o enxoval?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele me deu 200 reais, 200 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E qual foi a ideia de pegar um menino e vesti-lo como se fosse uma menina?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi ele que mandou eu fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi ele que mandou fazer? Hein?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, significa que você tinha contato permanente com o Carlos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. Ele não ligava frequente, assim, todos os dias, mas ele ligava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você nunca procurou saber onde é que ele morava, ou seja, se ele era casado, se tinha família aqui, se morava em outro lugar, se morava na Bahia? Nunca procurou?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, porque toda vez que eu ia fazer alguma pergunta, ele falava que eu queria saber demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Queria saber demais?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E essas duas contas bancárias que você tinha na Caixa Econômica e no Banco do Brasil?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - A Caixa Econômica é uma conta Caixa Fácil — eu recebia o Bolsa Família dos meus filhos, recebo ainda —, e a do Brasil foi quando eu coloquei o pai da minha filha na Justiça. O juiz mandou eu abrir uma conta-poupança em nome dela, está até bloqueada a conta, porque o pai dela não fez os pagamentos. A audiência era pra ser agora, aí eu não sei. Eu não consegui falar com a minha família ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

E aquele dinheiro que foi encontrado na casa, de 800 reais?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O dinheiro é do Lenildo, ele tomou um empréstimo de 2 mil reais, o dinheiro é dele. Ele tem a caderneta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Esse empréstimo seria para quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Era pra gente terminar de pagar umas contas e pra mim poder visitar minha família na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não era para levar a criança também não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Não era pra levar a criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você disse que ele pediu para levar, entregar a uma mulher na Bahia.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, mas ele ia pagar a passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não tinha o nome da mulher na Bahia, não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não tinha. Ele não me deu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele não deu dinheiro pra você comprar a passagem?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Ele ia mandar a passagem pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E não mandou, não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não mandou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas como é que você estava... É uma coisa que... Você já estava pronta para fazer o que ele mandou: *“Pega esse menino, veste ele de menina...”* Ou seja, já estava pronta para entregar.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele tinha marcado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Porque você não ia sair de casa com um menino e vesti-lo de menina para ficar na praça para conversar com outras pessoas. Ou seja, você já tinha uma direção.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diga.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Estava combinado de entregar às 6 horas da tarde a criança para ele no outro dia, anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, você disse que era para entregar para ele, mas se ele disse para você: *“não, você tem que levar essa criança para uma mulher que eu vou indicar para você na Bahia e eu vou mandar a passagem”*. E agora é ele que pega a criança. Me explica isso.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Eu ia entregar a criança para ele até o dia em que ele mandasse a passagem. Aí eu ia levar a criança. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Mas você ia entregar nesse dia seis?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu ia entregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Às 6 horas de que dia?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na véspera do que você foi...



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, no outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você foi presa no outro dia?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E aí você estava lá no ponto de ônibus?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, eu não estava no ponto de ônibus. Quando a polícia chegou eu estava saindo de casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De casa?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Mas a Polícia Militar não encontrou você no ponto de ônibus, não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Eu tinha dado banho na criança e tinha falado com a minha filha que eu ia sair, porque, assim, eu me arrependi. Eu fiquei com medo de entregar a criança a ele. Aí eu peguei, a menina tinha me levado na casa da cunhada dela. Aí eu dei banho na criança para poder ir lá na casa da cunhada dela devolver a criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se você não tinha o telefone dele, como é que você avisava que já tinha a criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não avisei. Ele que me ligou e aí eu peguei e falei com ele que tinha uma menina comigo, que tinha uma menininha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E no seu celular aparecia que nome, número?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Dele não aparecia nome nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - "Desconhecido".

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Dele, não. Não. Algumas vezes aparecia "desconhecido" ou o número de orelhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você sabia onde era esse orelhão?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não porque era de orelhões diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Orelhões diferentes?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Cada dia era um orelhão diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Segundo. É o seguinte: por que você havia dito para os parentes da Bahia que estava esperando bebê?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque minha mãe ouviu o choro do neném. Eu estava com o neném, aí ela ouviu o choro do neném.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sua mãe ouviu o choro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ouviu por telefone. Eu estava no quarto com o neném e minha mãe ouviu o choro do neném. O neném estava chorando muito. Aí ela perguntou de quem era o neném. Aí eu peguei e falei que era meu. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Por que é que você resolveu tirar essa criança daquela mãe que ficou desesperada?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não tirei assim, tomei à força dela não. Eu conheci ela no ponto de ônibus. Aí eu, conversando, falei o que ele mandou eu falar para ela. Aí ela chegou e falou comigo assim: que ela ia conversar com o marido dela. Se o marido dela desse permissão, ela me daria a criança para ficar dois dias comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, Jucione, você disse que fez isso porque teve raiva dela.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, essa não foi a Ariadne, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi a outra. Foi a Raiane.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você teve raiva da Raiane, não é?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De quem?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Do negócio do papel foi com a Ariadne. Da Raiane foi o negócio do bebê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você tirou dela...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não tirei à força o neném dela. Aí eu cheguei, ela ainda foi e me levou na casa da cunhada dela, junto com ela. A gente foi e chegou lá a cunhada não estava. Aí a gente bateu palmas na porta, a cunhada dela não estava. A gente voltou. Aí estava chovendo e a gente ficou debaixo de um toldo com o neném. Foi essa hora que eu peguei o neném.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A informação é que você, por exemplo, foi para pedir: *“me empresta essa criança porque eu tenho uma pessoa que chega aí...”*

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi o que ele mandou eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - *...e eu quero mostrar que eu tenho uma criança e quero tirar proveito disso daí, ganhar dinheiro com isso aqui, desse cara estrangeiro”*. Não era?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi o que ele mandou eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O Carlos que mandou eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Carlos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era estrangeiro de onde?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, ele que mandou eu falar. Ele que falava o que eu tinha que falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas de onde ele diria que era estrangeiro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Que era um estrangeiro dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Estados Unidos.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a passagem que já estava na casa, para a Bahia, como é que explica?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não tinha passagem nenhuma na casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não tinha passagem nenhuma na casa, para a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não tinha?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos verificar isso daqui.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Pois é; não tinha passagem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Deputado José Augusto pode fazer as questões. Depois nós retornamos, solicitando que quem tiver pergunta pode encaminhar para a Presidência, que fará as perguntas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Veja bem, Jucione, tudo já foi mostrado aqui de que se inicia no ponto de ônibus. Você está dizendo que o rapaz chegou por nome de Carlos, que deu o nome, e aí no processo todo aqui aparecem contas abertas suas no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, aparece nos autos aqui que você própria disse que ofereceu 5 mil reais à mãe da menina.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi o que ele mandou eu falar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Foi 5 mil reais?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Hum hum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E depois que ela ficou de acertar com o marido se aceita ou se não aceita. Depois aqui no processo diz também que isso era para levar lá para os Estados Unidos para alguém lá ganhar uma pensão alimentícia. Não tem isso?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, não foi falado desse jeito, que era para levar para os Estados Unidos. O que ele mandou eu falar é que esse rapaz que eu namorava vinha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas para a Rayane foi dito isso.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, não foi dito isso para ela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E para você foi dito o quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Do mesmo jeito que ele mandou eu falar, eu falei para ela: que eu tinha um namorado nos Estados Unidos que ele estava vindo para cá, entendeu, e queria ver a criança. Do mesmo jeito que ele me disse, eu falei para ela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas ele queria, dos Estados Unidos, vir para ver a criança para quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não sei. Foi ele que mandou eu falar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas ele não lhe ofereceu... Não disse que ia ter uma pensão de trinta e cinco...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Mas foi ele que mandou eu falar desse jeito, entendeu? Foi ele quem mandou eu falar desse jeito.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Para você falar desse jeito para a mãe da menina?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Para a mãe da criança.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Para a Raiane?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso. Aí ela me deu o telefone dela, que está até no meu celular, o celular dela, e aí falou que ia conversar com o marido dela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Aí você vai na casa da...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu fui na casa da cunhada dela, com ela...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Primeiro, você vai, consegue uma certidão falsa de uma criança que, obviamente, como já está dado nos autos aqui, era para ser usada essa criança, em nome daquele documento falso do registro da criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, se olha que você tem toda má fé. Você pega de uma menina...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, mas eu fiz, foi porque, assim, como eu falei para o senhor, eu fiz foi porque ele estava me ameaçando. Tudo o que eu estava fazendo foi com indicação dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É claro. Tudo, nós estamos vendo aqui que ele fez tudo e você acompanha e pede. Tudo o que ele fazia, você...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Mas eu não tinha outra opção, senhor. Eu não tinha outra opção.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você acha que a sua opção de vida era só fazer isso? Não podia trabalhar em outra coisa?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não tinha outra escolha. Eu poderia, como eu sempre trabalhei. Eu sempre trabalhei, entendeu? Eu sempre trabalhei. Eu sempre ajudei a minha mãe, sempre ajudei os meus filhos, entendeu? Sempre trabalhei. Mas, assim, quando o senhor tem filho e está ameaçado... Ele ameaçava frequentemente. Ele chegou a botar arma no meu pescoço. Ele chegou a mostrar arma para a minha própria filha. Então, assim, é difícil. É muito difícil.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Olha, então, as observações que nós temos aqui de todo esse processo, tudo aqui indica, tudo mostra claramente aqui, porque o caso seu, não é só você, a gente encontrou em todo o Brasil, a gente está encontrando pessoas assim. Mas não pense que nós aqui estamos pensando que você é inocente.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu sei disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ninguém sabe aqui. Você não é inocente. Você é igual a todas que a gente encontra pelo Brasil aí fora. Geralmente se coloca, como você está aí, como que alguém lhe iludiu, porque a sociedade está aqui lhe ouvindo. Veja bem, a polícia lhe ouvindo. Você sabe que está numa enrascada muito grande, não sabe?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu sei. Eu sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E se você contribuir e disser a verdade...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Mas eu estou falando a verdade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Se você disser a verdade, você vai dar uma contribuição fundamental para que esse Carlos, que ninguém sabe nem se o nome dele é Carlos... Já existe indícios de onde ele está por aí. A polícia já está procurando ele. Mas saiba você, vão ser pegos agora os sigilos de telefones. Tudo o que você falou com ele — tudo —, tudo o que você falou até hoje com ele, a polícia e a Justiça vão ver. Não adianta você agora estar passando por vítima, quando, na realidade, nós sabemos que você não é vítima. Você está dentro de uma rede criminosa. Você faz parte. A inocente de tudo isso é a criança. A grande inocente é a criança. Daí a mãe, por ser uma criança e também podemos considerar uma adolescente de 14, 15 anos, iludida por você e pelo tal Carlos que aumentou, que ainda tem gente por trás dele, nessa rede criminosa, e que digo a você: se você contribuir nesta CPI, você pode se sair bem. Eu tenho certeza de que ele deve estar dizendo para você: *“olhe, diga...”* Tudo o que você está dizendo é ele quem manda dizer. *“Segure que eu vou te proteger”*.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ele está fazendo isso com você, eu tenho absoluta certeza, porque todos fazem assim. Eles pegam as pessoas, colocam na rede criminosa, você passa a ser cúmplice de todo o processo,



certo? Mas você pode contribuir. Se você quer ajudar, para você cuidar dos seus filhos... Você tem quantos filhos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Quatro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eles precisam de você?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você precisa sair da cadeia. Não é verdade? Com a verdade, você sai da cadeia. Agora, se você não contribuir, depois desta CPI, nós estamos rodando o País inteiro, daqui você vai ser ouvida novamente pela polícia, vai ser indagada várias vezes, quando os sigilos bancários chegarem, quando os sigilos telefônicos forem abertos, tudo que você falou está gravado. Saiba que isso vai pesar muito no seu futuro, de ficar não sei quantos anos na cadeia. Agora, se você contribuir agora, pensando nos seus filhos, e disser, "*eu vou dizer a verdade*", tenha certeza de que vai ser muito melhor para você. Ao invés de você dizer a verdade, querer proteger esse Carlos, que faz parte dessa rede criminosa, e que tudo leva a crer, até pela sua forma de dizer o que ele disse: "*E essa criança, não sei se vai matar, se não vai.*" Não foi assim que ele disse? Como foi, repita aí.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, ele falou, eu perguntei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Quando você perguntou.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - ... se ele ia matar, aí ele falou que era mais ou menos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mais ou menos. Então, veja bem, existe uma rede internacional que levam crianças daqui. Essas criancinhas são sacrificadas para tirar um órgão. É gente muito rica aí. Isso é algo que o mundo inteiro, o mundo inteiro está observando. E todos, todos que estão aqui, a imprensa, a sociedade, a gente quer acabar com esse mal pela raiz. E você pode ser uma pessoa que pode contribuir muito, porque nós sabemos, eu tenho absoluta certeza, que você sabe de tudo, sabe onde esse rapaz está, sabe dessa rede criminosa. E você, no entanto, está protegendo ele.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É como...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você está protegendo ele....

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O delegado pediu...



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E você protegendo ele, você está dando um tiro no seu pé. Você não sabe o quanto você está se prejudicando protegendo essa rede criminosa. Então, eu faço um apelo aqui a você. Eu tenho certeza de que ele, enquanto se comunicou para você, disse o que era par você dizer. Porque tudo você diz: *"Foi ele."*

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, como, como ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Nós sabemos que ele está envolvido. Mas você aceitou tudo. Você iludiu uma jovem, uma adolescente, você sabia que uma criança ia sair daqui para o exterior, sabe lá, ser sacrificada, ser morta.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele não me falou isso, se ia levar ou não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Tá bom. Mas você sabe. Então, eu quero dizer o seguinte: tudo que tem aqui nos autos lhe incrimina.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E depois que o sigilo telefônico chegar, aí não tem como. Vai ser você mesma dizendo. Então, seria melhor, que você ajudasse esta CPI. Você ia estar ajudando tantas crianças que estão, ou que ficariam na condição que essa criancinha. Graças ao que foi descoberto, você está presa, foi descoberto no início. Mas essa criança, como ela, várias, milhares. Olha, lá em São Paulo, encontramos uma ONG, que já passou por lá mais de 1.700 crianças. Uma ONG no intercâmbio com os Estados Unidos. Então, é uma coisa horrível. Você tem um grande momento agora, esse grande momento de você se proteger, se você tem fé em Deus. Você tem fé em Deus?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Tem mesmo?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Muita.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, se você tem fé em Deus, você gosta dos seus filhos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Demais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, fale a verdade. Se você falar a verdade aqui, você está contribuindo, está dando uma grande contribuição, e aí, no seu julgamento, a Justiça vai ver que você realmente errou, caiu numa fria,



certo? Mas que contribuiu para botar esse cara na cadeia. E por trás dele tem muitos. Estou te dizendo, dê essa contribuição agora. Ninguém aqui é criança. Ninguém. Olhe aqui. Todo mundo está sentindo, está vendo que você está dentro dessa rede criminosa. Você foi usada, mas você pode contribuir muito aqui hoje, muito. Fale a verdade, a verdade vai lhe proteger. Pense nos seus filhos. Porque se você não falar a verdade, você vai ficar muito tempo na cadeia. Vai sofrer você, e muito mais os seus filhos. Então, chegou a hora. Pare, pense, pense no que essa criança ia passar, e que você estava contribuindo. Mas chegou o momento aqui que você pode contribuir. Todos os indícios aqui, tudo, tudo o que aconteceu, da forma, o documento falso, o contato, tudo que você diz aí, isso é um esquema muito pesado. Você está dentro dele, não tem como sair. Agora, pode contribuir muito para que a sua pena diminua muito se você falar a verdade a essa Comissão. Diga aí qualquer coisa para que a gente possa, nos autos aqui, contribuir com você.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É como eu falei: o delegado me pediu para me levar nos lugares em que eu me encontrava com ele, eu levei, lá onde o banco que eu entrei com ele, os lugares, e o rapaz que eu perguntei para ele, dele, eu levei, eu não sei, porque eles ficariam de me levar na segunda-feira lá e não me levaram. Aí eu levei lá onde estava, só que não encontraram o rapaz. Aí, arrumaram só o endereço de um irmão dele, que deu ao policial que foi comigo lá. Eu levei em todos os lugares que eu encontrei. O meu telefone, como eu estou falando para o senhor, ele só falava comigo de número restrito ou orelhão. Aí os lugares que eu fui com ele só foi esses lugares mesmo, que eu levei a polícia lá. Só esses lugares, lá na praça, é onde eu conheço por Praça da Matriz, no ponto de ônibus, que eu subi uma ruazinha com ele, eu levei o policial lá, foi aonde ele botou a arma no meu pescoço, foi lá nessa ruazinha, eu levei os policiais. O que eu pude fazer, o que eu estou podendo fazer, eu estou contribuindo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não, mas a grande contribuição você ainda pode dar, eu tenho certeza. Você está se trancando aí.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, não, é que ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E te digo: você está prejudicando você e protegendo alguém que não merece, que é um bandido.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não estou. Assim, sobre o endereço dele, eu não sei. Eu cheguei a perguntar a ele, mas ele só falava que eu queria saber demais, e quando a gente sabe demais paga as consequências. Entendeu?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Olha, aí, está vendo? Você tem a proteção da polícia.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Pois é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você está com medo, “se eu falar a verdade, ele vai me fazer isso.” Faz não.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu sei que

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você está sob a proteção da polícia....

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu sei disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - ... e da Justiça, e até dessa Comissão.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Agora, se você não contribuir. Você já ouviu dizer que a corda se tora no lugar mais fraco? Já ouviu falar esse ditado? Eles lhe usaram, então não deixe que essa corda se tore em você não. Contribua, que você, além da contribuição que você vai dar, para a gente botar quem realmente é o mentor de tudo isso, ou os mentores, desse crime organizado, você vai se beneficiar muito.

Bom, se alguém tem perguntas aqui, até porque, vocês aqui, que vivem na sociedade, podem contribuir. Vamos abrir esse espaço também agora para que as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Deputado. As perguntas têm que ser encaminhadas a mim e a V.Exa. para poder fazer, porque Eu queria inclusive sugerir, e vamos pedir ao Secretário de Segurança Pública do Estado... e o nosso Deputado Emanuel Pinheiro pode solicitar inclusive, se ela se sente ameaçada de dizer a verdade, porque é dar uma proteção e ter uma condição de não ... porque essas coisas podem acontecer dentro do próprio presídio. Então, é importante fazer um ofício solicitando para que, efetivamente ... e aí os delegados que estão à frente poderão também solicitar essa situação para que a Jucione possa



ajudar, colaborar. Porque, Jucione, eu queria ver com você o seguinte: você nasceu em Porto Seguro. Ficou lá quanto tempo?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Fiquei muito tempo, minha vida praticamente toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí, lá você trabalhou?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Trabalhei em vários lugares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Alguma vez você respondeu algum processo, em Porto Seguro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca foi

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca foi levada para a polícia?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É a primeira vez que você é presa?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - A primeira vez. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, você não respondeu processo. Aí, com quantos anos você foi para o Rio de Janeiro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não me lembro muito bem assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Já estava depois de dezoito anos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu já tinha três filhos, já. Eu já tinha meus três filhos. Eu fui, o meu filho mais novo estava com dois meses de nascido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, aí

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu fui para lá, meu filho estava com dois meses....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E seus filhos ficaram como?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. O mais velho mora com a minha mãe, sempre morou, e o outro mora com a avó, com a outra avó. E eu fui, levei o meu filho que estava com dois meses, meu filho mais novo, que tem 9 anos agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí um dia, depois que você foi para o Rio de Janeiro, você retornou a Porto Seguro.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, não, aí eu fui para lá, e minha mãe foi buscar o meu filho, estava com 7 meses, porque eu trabalhava em Búzios, eu morava em Cabo Frio, trabalhava em Búzios, aí não tinha quem ficasse com ele. Aí eu pedi à minha mãe que fosse buscá-lo, porque para não deixar ele na mão de um, na mão de outro, aí ela foi buscar. Ele tinha 7 meses. Aí, lá eu conheci o pai da minha filha, convivi com ele no Rio

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Onde?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Lá em Cabo Frio. A gente trabalhava junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Cabo Frio?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. Minha irmã morava na casa dele de aluguel. Aí eu conheci ele, a gente teve a filha, vivemos, estávamos, tivemos uma união boa, foi um excelente marido, mas só que assim o casamento não deu certo, minha filha nasceu prematura, aí o momento em que eu mais precisei dele foi quando a minha filha nasceu, aí ficou aquela meia... aquelas brigas, aquela discussão, aí eu resolvi ir embora para a Bahia, minha filha estava com 1 ano de nascida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí, lá eu vivi, fiquei, quando ela tinha 3 anos minha irmã faleceu, eu voltei, passei 10 meses no Rio de Janeiro, porque eu fiquei fazendo tratamento, porque eu gostava muito da minha irmã, fiquei doente, com depressão. Aí, fiquei, voltei, tornei a voltar, ela tinha 3 anos e meio, eu voltei para a Bahia. E lá fiquei, foi quando eu conheci o Walisson, ela já ia fazer 4 anos. Eu conheci ele, na época ele tinha 16 anos, e aí vivi com ele um tempo, aí ele me deixou lá e veio trabalhar aqui, porque a mãe dele morava aqui em Cuiabá, e resolvemos para mim vir aqui. Aí, chegou aqui, a gente brigou, tudo, ele foi embora com a família, a mãe dele foi na frente, depois ele foi, me deixou, eu morava de aluguel, lá no residencial. Aí eu não tive condições mais, porque eu só tinha o Bolsa Família, porque eu recebo só o Bolsa Família, aí eu peguei, não dava para pagar o aluguel o Bolsa Família e me manter com a minha filha. Aí eu fui morar na casa de uma colega minha, lá no Pedra 90, lá no Industriário. Aí, só que lá, é assim, era uma espécie como eu fosse empregada. Eu já tinha conhecido o Lenildo lá no residencial, que ele trabalhava lá numa firma de cadeiras, e a gente só se conhecia



assim, só falou uma vez por telefone. Aí ele pediu o endereço de lá onde eu estava para ele poder ir lá para a gente conversar. Aí eu ficava assim, acordava às 5 horas da manhã, tinha que fazer as coisas, lavava a roupa para o pessoal, o pessoal pobre também. Aí, eles arrumaram um sítio para tomar conta, e o dono do sítio, eles não podiam me levar que eu não era parente. Eu tinha que arrumar um lugar para ficar. Aí, foi quando o pai do Lenildo me chamou para mim ficar lá na casa dele. Aí, eu fui para lá, fiquei lá na casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo, aí quando você veio para cá, foi o seu.... Como é o nome dele?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Walisson .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Walisson.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, ele é que me mandou eu vir para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí você disse que aqui não deu certo, que vocês brigaram.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, não. Eu trabalhava lá num hotel, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Trabalhava tudo direitinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual era o hotel que você trabalhava lá?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Lá no Sueds. Aí eu sempre trabalhei direitinho

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Trabalhava como quê? Como copeira?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Como camareira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Arrumar, né? Arrumadeira. Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí eu sempre trabalhei direitinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Carteira assinada?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Carteira assinada, tudo direitinho, aí ele pegou, me ligava, mandava eu vir, que eu tinha que vir, que não sei o quê. Eu peguei e resolvi vir, pedir conta, saí, aí vendi minhas coisas que eu tinha lá na Bahia, coisa de casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - ... e vim embora para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E aqui ...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí no começo eu fiquei aqui com ele. Morava eu, a irmã dele e o cunhado. Quando chegou, aí começou a ter desavenças comigo e a irmã dele, porque eu não concordava muitas coisas que ela não queria fazer dentro de casa. E aí a gente foi morar de aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você não concordava?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, porque assim, ela não queria ajudar nas coisas de dentro de casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - E a gente acabava discutindo. Então, aí criou um clima meio chato. A gente foi morar de aluguel, ele me ajudava a pagar o aluguel algumas vezes, algumas vezes eu fazia "bico", faxina, alguma coisa, aí pagava o aluguel, ou senão inteirava com o Bolsa Família, e ajudava ele pagar. Aí, fomos morar eu, ele e minha filha. Depois eu mudei lá para o residencial, para a Rua Ayrton Senna, onde eu morei lá. A casa que eu morava de aluguel era até do tio do Lenildo, eu não sabia que era dele, porque quem me alugou foi outro homem. E aí eu fiquei morando lá, depois eu não tive mais condições de pagar o aluguel, não tive como, porque eu só tinha o Bolsa Família, eu recebia 202 reais, e depois, como diminuiu, que eu tive que cadastrar aqui, e meus outros filhos não estava aqui, aí teve que diminuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Você, na sua vida, teve vários relacionamentos, quer dizer, de convivência, tem o Walisson, tem o Lenildo....

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Antes teve lá

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Teve o pai dos meus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lá em Porto Seguro.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como era o nome dele?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O pai do meu filho mais velho chama Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Roberto.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - E do meu segundo filho, Adílio. E o outro é Valdinei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Valdinei. E o de lá de Cabo Frio?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - William.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nesse aspecto, eu queria perguntar a você: você como mãe, se alguém chegasse e sequestrasse um filho ou uma filha sua, qual seria a sua reação?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - A pior reação que uma mãe pode ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como é que você faria? Você diz que está arrependida.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O seu arrependimento, Jucione, ele se dará de completo e você poderá ter, inclusive, uma diminuição da sua pena, se você acreditar nos delegados e disse a eles: "Olha, eu quero dizer a verdade mesmo, o que aconteceu". Esse rapaz, o Carlos, pode ter outro nome, acho que esse não é o nome dele. E dizer como é que funciona esse esquema todo. Aí o delegado vai pedir proteção para você. É a chamada delação premiada. Você vai colocar a verdade e vai ter, por parte do poder público, a proteção para que você se mantenha vida e possa ter uma vida digna sem ser molestada, sem ser violentada, sem ser assassinada.

Então, é isso que chamo a sua atenção, para que você possa colaborar com a Justiça. Aí é o seguinte: se você não diz, ou seja, a polícia tem como investigar e trazer a verdade. Aí acabou de cair em contradição e aí você pode ser acusada por falso testemunho, por não dizer a verdade. Enfim, é isso que é importante. A gente está querendo que você possa sair, cuidar da sua filha...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...que está aqui no Conselho Tutelar, porque você é mãe. E mãe a gente sabe do sofrimento quando se tem uma filha doente, então imagina uma filha sequestrada ou ameaçada de morte ou de sequestro.

Por que esse homem te ameaçava, te perseguia? Por que você nunca pensou em denunciar esse Carlos?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque eu fiquei com medo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas você podia ter procurado a Polícia para dizer: “Esse homem está me ameaçando, eu quero proteção”. Ir lá com o Dr. Gianmarco, o Dr. Ivar e dizer à Polícia: “Eu estou sendo ameaçada. Eu quero fazer um boletim de ocorrência aqui e eu quero que vocês investiguem”. E aí você marcaria um momento em que ele telefonava para dizer: “*Vamos nos encontrar*”. E avisava à polícia e a polícia ia lá e pegava esse homem na hora, prendia, levava para a cadeia.

Então, você nunca pensou em denunciar? Teve vontade alguma vez?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu tive vontade. Eu tive muita vontade, mas só que eu ficava com medo, porque ele sabia tudo o que fazia com a minha filha, todos os lugares que a minha filha ia, a escola que minha filha ia. Eu tive até que tirar a minha filha da escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Diante dessas ameaças, você nunca pensou em voltar para Bahia e não ter mais contato com o Carlos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E por que não fez?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu até pedi ao Conselho Tutelar umas passagens para eu poder ir. Eu cheguei a pedir ao Conselho Tutelar, só que eles falaram que a passagem demora muito. Eu cheguei a pedir a passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, mas, no caso, se você tivesse procurado a Delegacia que cuida das violações contra crianças e adolescentes... Como é o nome da delegacia? DEDICA. Você deveria ter dito e colocado: “Minha filha está sendo ameaçada e eu estou também sendo ameaçada. Eu quero dizer aqui”... E aí dizia para ele: “Olha, eu vou agora marcar um encontro para dizer que vou levar e entregar a criança. E vocês estejam lá na hora para pegar esse homem, porque eu não estou podendo nem dormir, nem comer direito porque esse homem me ameaça a cada momento”. Toda vez diz: “Olha, ou você traz a criança ou eu vou lhe matar ou vou matar a sua filhinha”.

Outra coisa, você ofereceu uma recompensa de 5 mil reais para aquela mulher para que ela emprestasse o seu filho?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi ele quem mandou eu falar com ela sobre isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele mandou você...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele mandou falar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer que para você teria 35 mil...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, ele falou, só que é assim: eu não sei se era verdade ou se não era, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. E você se dá algum adiantamento?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, o dinheiro que ele chegou a me dar foi 200 reais. Foi o dinheiro que ele me deu. Foi como eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Trezentos reais?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Duzentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mais de 35 mil, só 200 reais?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele falou que só daria depois que eu entregasse a criança a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E quando você dizia que estava sem pagar aluguel, ele não ajudava não, no aluguel?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, eu não chegava a falar essas coisas, nunca cheguei a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, nunca chegou.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Outra coisa que eu queria perguntar a você: Qual a intenção que você teria de atingir a Ariadne roubando a certidão de nascimento da filha dela?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque ela ficava me difamando para os outros, porque eu não concordava com as coisas que ela fazia, usar drogas com os filhos dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas você já não sabia do Carlos quando você fez isso?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Já, já sabia do Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E qual era o objetivo que você tinha com essa certidão?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi como ele falou comigo, assim, que era para eu conseguir. Como ela falou que eu queria pegar a filha dela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era para quê? Era para esse menino fosse considerado como menina e que você mentiu para levar com essa certidão?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você sabe que você cometeu um outro crime, né?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí ela falou que eu queria pegar a filha dela, mas eu não queria pegar a filha dela em momento nenhum. E por isso mesmo eu cheguei a falar, quando ele me perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quantas vezes você se encontrou com o Carlos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E se encontrava aonde?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Algumas vezes eram lugares diferentes, ou naquela praça que eu sei do nome por Praça da Matriz, ou naquele ponto de ônibus que eu mostrei aos policiais que foram me levar lá, que tem um ponto de ônibus assim e tem uma ruazinha assim em cima. Era mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele ficava com você dentro do carro?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, tinha vez que ele sentava na praça, normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E alguma vez ele a levou para algum lugar reservado?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, não chegou a me levar, não. Só nesses lugares mesmo que eu já fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Outra coisa. A pergunta era se a motivação para isso aqui era ameaça ou eram os 35 mil que você ia receber?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Era mais por ameaça mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Era pela ameaça.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas você, por exemplo, ia receber 35 mil para encontrar uma criança. Isso não lhe motivou a não denunciar, a não procurar a polícia, a enganar a sua mãe dizendo que você estava grávida, com bebê, e não dizer a ela. Não seria isso?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Não tanto moço, porque assim: eu fui criada com família pobre, mas eu nunca tive ambição por nada do que é dos outros, nunca desejei nada que fosse dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, você disse não tanto, mas teria alguma coisa de motivação. Você, claro, com 35 mil, você iria pagar os alugueis e iria ter dinheiro para poder ter uma vida, ou seja, de não ficar esperando a contribuição ou mesmo sua Bolsa Família.

Quantas vezes... Quando ele apontou a arma para você, por que ele apontou a arma para você?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque eu falei para ele que eu não ia fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E quando foi isso aí?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ah, isso já tem um tempo atrás. Foi logo no início que eu conheci ele, bem no início. Assim, várias vezes ele só levantava a blusa e me mostrava a arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É importante as vezes que você se encontrou com esse homem. Quantas vezes você se lembra de tê-lo encontrado?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Várias vezes. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mais ou menos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Desde o começo, assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era toda semana?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não chegava a ser toda semana, de 15 em 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De 15 dias em 15 dias você se encontrava com ele.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Durante quantos meses?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Desde março.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Desde março. Então, de 15 em 15 dias vocês se encontravam.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, é possível você fazer o retrato falado dele.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mostrar todas as características, algum sinal, é, como que era?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você olhava bem para ele?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Bem para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Outra coisa que eu queria ver com você é se a sua família não estranhou a notícia do filho. Quando sua mãe ficou... Como é esse negócio aí?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Estranhou. No começo a minha mãe não acreditou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não acreditou.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. Mas aí ela sempre perguntava, vai fala. E eu sempre repetia a mesma coisa, assim porque ele perguntava. Ele chegou a perguntar o endereço da minha família lá na Bahia. Aí eu falei com ele, assim, eu e a minha mãe tínhamos mudado da cidade em que ela tinha morado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Durante essa chamada gravidez fictícia, a família sabia disso aí, ou se foi na hora?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, só na... (*ininteligível*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Porque você estava com o celular...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso! No celular...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - No celular... A voz da... quer dizer, criança chorando.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, estava chorando muito. Foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A sua mãe perguntou: "O que é isso? Que criança é essa aí?" Ai, disse: "Eu estava grávida e tive um neném".

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, foi!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não sabia que você...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não sabia, em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas você nunca... Porque filha acredita muito e tem confiança na mãe. Nunca você falou para a sua mãe que você estava sendo ameaçada?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que ela... Nunca?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ela... Um dia, eu liguei para e ela perguntou, assim, por que eu estava chorando. Aí, eu falei para ela: *“Não, porque eu estou triste. Porque eu quero ir embora e não consegui a passagem, ainda”*. Só isso. Eu só falei isso para ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só? A Raiane falou que quando estava só... quando estava no ônibus com você, você ligou para o Carlos...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não liguei para Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...dizendo que tinha conseguido a criança.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não aconteceu nada disso. Quem me ligou foi um rapaz chamado Índio, que mora no Pedra. Ele é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, você aceita ficar frente a frente com Raiane, para que ela...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza! Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...fazer uma acareação.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, vamos ver se Raiane vem para cá, para depois a gente ter um momento para fazer acareação da versão que ela tem...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza! O telefonema que eu fiz foi para esse rapaz. Não tinha outra pessoa. Eu não tinha o número desse Carlos. Eu não tenho o número desse Carlos para ligar, e eu não falei com ele que eu tinha conseguido a criança, nem nada. Eu não falei para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. Você nunca ligou pra ele...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Nunca liguei pra ele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele é quem sempre ligava pra você?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Sempre era ele que ligava pra mim. Sempre! Eu nunca liguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E para... Como é que... Você ligava para outras pessoas?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Com certeza! No meu celular tem várias chamadas de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem várias pessoas, é?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - ...de pessoas que eu falava todos os dias, todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. A última coisa... Ainda, eu queria dizer para você, Jucione, que nós percebemos que muita coisa você tem a dizer, mas você ainda sente essa ameaça, que pode ser... Você teve momentos, como se diz, teve momentos em que você ficou com depressão. Teve depressão, não é?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, quando minha irmã morreu, eu tive depressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E quando a pessoa tem depressão, ela, às vezes, fica sem muita confiança, sem muita segurança.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Lá no presídio eu estou tomando remédio, porque a minha pressão está muito alta agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu pergunto: na prisão, você sofreu alguma ameaça, assim, de alguém que disse: *“Olha, cuidado, porque tu podes amanhecer com a boca cheia de formiga.”*

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. No lugar em que estou, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não? Mas já teve isso aí?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu estava, antes, quando eu vim do CISC... Eu estava no CISC, lá, e eu fui lá para um... O pessoal fala que é... *(Pausa.)* Eu não sei o nome direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - CISC, o que é?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É uma delegacia, para onde eles me levaram. Foi quando eu conversei com o Dr. Ivan...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Uma delegacia? E alguém disse o quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não! Lá na delegacia, assim, só ficavam aqueles comentários, mesmo. Lá no presídio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas comentários... Quem comentava que... Comentavam o quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, que eu poderia morrer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Morrer, onde? Na prisão?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, na prisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você foi alguma vez... Você fez exame de corpo de delito. Sofreu alguma...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Hoje, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, quando foi presa?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sofreu alguma violência, ou não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Ah, não, só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E lá na prisão, você está sendo bem tratada?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está numa cela com outras...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. Eu estou com outras mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Também que têm...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Que o pessoal fala que é seguro. É que eu não posso ir para os raios, não é? Aí eu estou nesse lugar, que é um lugar grande...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer que você não sai da cela?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não! A gente não sai... Eu não saio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não estão deixando tomar banho de sol?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Ontem eles tiraram, porque, assim, eu estou com a pressão muito alta, vou ter que fazer uns exames esta



semana. Eles vão me tirar para fazer uns exames... E aí eles me tiraram ontem para tomar um banho de sol, porque eu estou ficando muito amarela. Eu estou tendo muita fraqueza, mas eles querem saber se é por causa da pressão ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isto aí é o seguinte: é algo que tem que chamar atenção, porque, de fato, a Jucione tem direito de ter um banho de sol, não é? Quer dizer, não dá para...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ontem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ontem eles tiraram por esse motivo, porque lá não sai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se não tem, têm que...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque nesse lugar eu não posso sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - São coisas que o Emanuel vai encaminhar, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, solicitando das autoridades para que seja assegurado... Ou seja...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Mas lá eu nunca sofri nada. Eu só não consegui falar com minha família...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não falou com a sua família?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não! Porque eu não consegui falar, ainda. As duas vezes que eles tentaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas nenhuma... Por exemplo, das que você tem... Quantas pessoas estão presas na mesma cela com você?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Agora? Eu acho que tem 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quatorze?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Quatorze pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E como é? Vocês... E dá a cela? Ficam 14? Dormem...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É um espaço grande. Um espaço, assim, que fica onde eles guardam materiais para fazer essas roupas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - E aí fica... Botam os colchões e a gente dorme.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Foi feito aqui... Mandaram eu lhe perguntar: você pegou a certidão da vizinha para usar o nome da criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não foi a certidão. Foi um...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É. É a certidão de nascimento da criança.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, um papel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E houve uma falsificação. A pergunta é: quem? Foi você quem falsificou junto com o Carlos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Foi. Ele me falou o que eu tinha que fazer. Ele me orientou o que eu tinha que fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Interessante que tudo que ele manda fazer de errado você faz.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não! Ele me indicou o que eu tinha que fazer, porque se a mulher viesse antes do prazo que ele marcou com a mulher, não podia entregar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você já observou que tudo, tudo que ele pediu que fosse feito para contribuir para levar essa menina, essa criança para o exterior ser vendida... Bom, entrar no tráfico, aí...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Hum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Tudo! Em tudo você contribuiu.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Mas, à base de dinheiro, né?.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não tem um momento aqui que você diga que não contribuiu. Tudo! Tudo o que ele pedia você fazia. Tudo!

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É. Porque, assim, como ele me ameaçava, então ele nunca falava comigo normal, ele sempre falava com agressividade, entendeu? Então, ele sempre falava: *"Ah, ou você faz ou acontece isso, isso e isso..."* Então, sempre foi assim desse jeito, nunca falava normal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não! Mas essas suas indagações... É isso que eu tenho dito desde o começo, e que toda a sociedade aqui está vendo: você é cúmplice de tudo. Você contribuiu para pegar a criança. Pelo telefone, o que ele pedia você fazia. Você está dentro do contexto. Não tem mais o que aqui alguém achar que você é uma criança inocente. Não! Você está envolvida...



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Algumas vezes... Logicamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Só pedimos aqui para você contribuir. Porque você, até agora, cada vez que você fala, tudo o que você fala aqui, está se entregando mais ainda. Você só não está entregando ele, dizer onde ele está.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Pois é, mas é o caso. Como eu falei, em todos os lugares em que eu encontrava com ele, eu já fui. É como eu falei para o delegado: *"Eu vou estar sempre..." "...sempre para levar, para falar onde é que eu fui com ele, os lugares em que eu fui, onde eu parei, entendeu?"* Sempre eu vou. É porque os lugares que eu sei, que eu fui junto com ele... Não foram lugares, assim, que ele falou: *"Ah, eu vou em tal lugar"*. Não. Entendeu? Foi em que eu fui, que eu estava perto, entendeu?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não. Mas o que eu estou dizendo aqui: todos estão observando você, aqui. Tudo, tudo, tudo está dentro do esquema que foi montado para chegar e pegar você. Isso vem da Bahia. Do mesmo jeito que fizeram com... Vocês são os da Bahia. Vai dar tudinho, Delegado. Você vai ver que... Vai, é a mesma, é a rede. Você faz parte da rede, não tem como mais sair. Está tudo ligado a esse crime organizado, entendeu? É o crime de tráfico. E o de vocês é o pior, que é o tráfico de órgãos. Você vai ver! Então, não dá! Não tem uma pergunta aqui que a gente lhe faça que não nos convença de que você está toda envolvida. Sério, me desculpe, você é muito fria, certo? Você está tão tranquila aí...
(Riso.)

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O senhor é que pensa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - (Riso.) Está muito tranquila. Mas você pensa que está tranquila.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O senhor é que pensa, eu não estou tranquila.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E pensa que está, assim, nos enganando.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não estou tranquila, mesmo!

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, mais uma vez eu volto a reiterar: você tem como contribuir. Você, a cada momento, está prejudicando mais você, a cada momento.



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu vou contribuir com tudo o que o senhor me perguntar, com tudo o que for preciso fazer, com tudo!

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas, tudo, minha filha, tudo? Não dá, não tem criança aqui. Todo mundo aqui está observando. Nós estamos agora, há 1 ano... Quase... Vai fazer 2 anos, 1 ano e meio desta CPI. Tudo é a mesma coisa. A mesma coisa dos que dizem lá, na Bahia, dos que dizem lá, no Acre, no Maranhão, no Piauí, em Pernambuco, em São Paulo. Tudo parece um livro. Parece que vocês têm uma cartilha: *“Olha, é para fazer assim, assim, assim. Vamos pegar... Vai ser Fulana. Ela vai iludir alguém, vai oferecer uma vantagem, como aquilo. Deram 5 mil reais, depois vão vir 35 mil reais.”* Você sabia que essa criança ia para o exterior...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não sabia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas sabia, minha filha! Não tem como você nos enganar.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele não chegou a falar comigo assim. Quando eu fazia perguntas para ele,...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas não precisa...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - ...ele só falava que eu queria saber demais. Que eu queria saber demais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É. E você sabia demais. Só em contribuir você já sabe tudo.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí, ele...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você foi inteligente a ponto de tudo que ele necessitava para pegar essa criança você fez. Você só não usou sua inteligência para denunciar o cara. Se a primeira vez que você sentiu isso... Olha, chega uma pessoa aí e me chama para ir pegar uma criança, uma criança de colo, uma inocente... Vai à mãe, oferece dinheiro; isso aqui vai para isso, que vai vir dinheiro... todas as vantagens, e você se achar que estava iludida pelo cara? Que ilusão, menina! Você estava participando, você estava contribuindo para tudo acontecer. Mas você, ainda, parece que quer, ainda, se machucar mais ainda do que está machucada; se perder mais ainda. Tudo que você diz forma o contexto geral desse crime organizado, que está dentro, programado. Tudo é dessa forma que vai acontecer. Tá vendo só? É o Brasil inteiro que a gente anda aqui.



Bom, ainda estamos aqui, para alguma pergunta que seja feita, para que nós possamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você... Eu estava perguntando onde você estava presa, lá. Você disse que tinha umas 40...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não. Tem 14 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quatorze?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você disse que é lá... Onde?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, eles só guardam, assim, os materiais... assim, aqueles rolos de pano que eles fazem esses uniformes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dentro desse lugar?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Dentro, é... É arrumadinho, assim, no canto. E aí as pessoas botam os colchões. Têm camas, têm... Umas, como são senhoras, têm cama; e as outras dormem no colchão, no chão. Como eu não tinha... eu não consegui falar com ninguém, né, eu não tinha roupa e nem tinha lençol, assim, elas arrumaram colchão para eu dormir. Porque, depois, eu acho que eles conseguiram falar com o Lenildo, e o Lenildo levou um lençol para mim e uma escova de dente. Aí, eles dão sabonete, eles dão pasta de dente e papel higiênico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E as apenas, as outras, tratam bem você?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É assim... É cada um no seu canto. Ninguém se envolve, ninguém... uma coisa assim... umas trabalham...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, sei, por exemplo, que tem lá a figura...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Aí, a comida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A comida, como é que é?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - A comida, a gente tem uma vasilha, porque eles dão um prato. Aí, a gente vai lá na frente e pega a comida. Eles dão a colher, dão o prato e a gente pega a comida. Aí, cada um senta no seu canto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Agora, só para a gente concluir. Você falou para alguém que estava sendo, não sei, indicada para conseguir uma criança. Falou com alguém?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nem com o seu marido?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Nem com o meu marido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas quando você chegou em casa com o bebê, você falou sobre a criança para o seu...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu falei pra ele, assim — porque eu não tinha falado a verdade para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu falei para ele que a criança era minha, que eu tinha tido com o Alysson, e a criança estava no hospital, entendeu? Aí eu falei para ele, assim. Porque, assim, o pai dele é que me chamou para eu morar na casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas já você trazia a criança como menino ou já vinha com vestido de menina?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Já estava de menina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Hein?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Já estava de menina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De menina?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual, mais ou menos, a idade dessa criança?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Um mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Um mês?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É? Ou seja, e aí, o seu companheiro...?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É, porque eu tinha falado isso para ele. Porque, assim, como eles me chamaram para morar lá — o pai dele me chamou para morar lá —, eu não tive coragem de falar a verdade para ele. Eu não consigo falar a verdade. Aí, eu falei pra ele assim... eu contei pra ele que eu tinha... Como, assim, quando ele me conheceu, ele me via assim na rua, porque ele trabalhava em uma fábrica de cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, Jucione, você tinha uma outra criança...



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É a minha filha, a Kemilly.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com... Qual é a idade dela?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ela tem 7 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sete anos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí você aparece de uma hora para outra com outra criança. Ou seja, há quanto tempo que você está com o seu... com o Lenildo?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Lá na casa dele, morando na casa dele, eu acho que não tinha nem 1 mês ainda que eu estava morando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nem 1 mês?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele não viu que você não tinha nenhuma indicação de gravidez, nem nada?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, porque, assim... Eu contei pra ele assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu falei pra ele... Aí, quando o Carlos me ligou, eu falei assim: *“Olha, eu conheci um rapaz e vou morar na casa dele, porque o pai dele me chamou pra morar lá.”* Aí ele falou: *“O que você vai contar?”* Aí eu falei assim: *“Eu vou ter que falar alguma coisa.”* Aí ele falou: *“Pois é, se você falar a verdade, você já sabe o que vai acontecer com ele.”* Aí eu contei para ele, assim, que eu estava grávida do Alysson. Que o Alysson tinha me deixado grávida, e eu tinha tido a criança e tinha deixado no hospital. E aquele dia eu tinha pegado a criança, entendeu? Eu contei pra ele assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas é o seguinte...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - E ele acreditou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí é o seguinte... Aí é muita imaginação, viu! E Lenildo, se acreditou nessa conversa, ou seja, na realidade, o que...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque todas as vezes que eu saía para encontrar o Carlos, ele achava que eu ia para o hospital ver a criança que estava no hospital.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Porque ele sempre trabalhou. Assim, ele sempre trabalhava, ele não ficava em casa, só chegava à noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, nunca você falou sobre isso aqui para ele...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...sobre isso aqui.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Não, nunca falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ameaçada...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Nunca falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É com quem você convivia...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Assim, enquanto eu podia ficar dentro de casa, tinha vez, assim, que ele me chamava pra sair, algumas vezes eu não ia, por medo de eu encontrar o Carlos. Porque algumas vezes o Carlos já chegou a passar na frente da casa dele. Porque no dia em que eu desci do ônibus, que eu encontrei com ele lá na praça,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - ...ele veio me seguindo. E, aí, eu desci. Porque, assim, o ponto de ônibus é quase na frente da casa do Lenildo. Eu desci, no ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem veio seguindo foi o Carlos?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - O Carlos veio seguindo. Aí, eu desci no ponto e o Lenildo estava no portão. Aí, o Lenildo foi e me abraçou, assim. Eu vi na hora em que o Carlos passou com o carro, na frente da casa dele. Aí foi onde eu fiquei pior, porque eu falei assim: a família me acolheu... a família... eles me acolheram. O pai dele já é de idade, cria uma menina... E aí eu peguei e não contei nada. Aí mesmo é que eu não cheguei a contar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós não... É claro que... Aí é mais uma questão de decisão sua, Jucione. Ou seja, acho que você tem 29 anos, uma pessoa que... Pelo que nós verificamos nos autos, você responderá por diversos crimes, certo? Sua filha vai ficar sem a sua presença, não é, e você na



prisão. Quando você pode inclusive colaborar com a Justiça e com a... Você tem alguém, tem algum advogado ou algum defensor público?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eu não consegui falar com ninguém, assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, poderia também solicitar, Emanuel, para que seja designado um defensor público para acompanhar.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - A única pessoa que foi lá falar comigo, depois que eu estou no presídio, só foi um Oficial de Justiça, e só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Oficial de Justiça. Foi entregar a você, o quê?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Ele me deu um papel só para eu assinar, só. Só me deu um papel para eu assinar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Para você assinar.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você não leu o papel, não?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Eles não deixam muito tempo para assinar, e eles já vão logo. Eles não deixam valer nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não! Mas é um direito que você tem de ler aquilo que você vai assinar. Se é uma intimação... Se for uma intimação da Justiça para que você possa acompanhar, comparecer à Justiça...

Já foi feito o indiciamento, já, Delegado? Já foi para a Justiça? *(Pausa.)*

(Não identificado) - Está aqui. Já. Já foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, deve ser a Justiça que quer ouvi-la. Então, você teria alguma coisa a acrescentar, Jucione?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Tudo que eu tinha tudo para falar... É como eu falei para vocês, no que eu puder colaborar, eu vou colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tá, mas medite. Você disse: *"Eu estou arrependida."* O arrependimento não significa apenas dizer que está arrependida.

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O arrependimento é você... Eu sei que você, na sua identificação, identificou que você é evangélica, da Assembleia de Deus, não é?



A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - Isso. Eu frequentava com o pai dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ou seja, é que você possa agora transformar esse arrependimento e colaborar com a Justiça. E aí, se você continuar sendo ameaçada, receber recados dessa figura, Carlos, ou outras pessoas, você tem como pedir proteção à vida, porque ela é fundamental, e que você possa... Agora, eles só podem dar uma maior proteção e maior apoio a você se perceber da sua parte que você está querendo colaborar com a Justiça, não é?

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tanto a Polícia Judiciária como agora você vai ser ouvida na Justiça. E aí você pode dizer: *“Olha, Juiz, eu estou querendo é proteção. Estão continuando me ameaçando, e eu quero dizer a verdade. A verdade é esta: Eu faço parte de uma organização criminosa, me utilizaram. Tem fulano de tal, que é mandante, tem mais fulano, mais sicrano. Enfim, tem uma organização forte não apenas aqui, em Mato Grosso, mas que envolve outros Estados.”*

Você fazendo isso aí, você vai ter uma redução nas penas, no tempo de prisão, e você pode retornar pra sua casa, pegar sua filha e nunca mais se envolver nessa prática criminosa.

Porque eu tenho certeza de que, como mãe, você percebeu que você fez uma grande...

A SRA. JUCIONE SANTOS SOUZA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - uma grande... problema de que... Ou seja, como mãe, sequestrar uma criança de 1 mês de idade. Além do mais, querer tentar despistar, transformar um menino numa menina, vestindo-lhe roupa como se fosse uma menina.

Então, nesse aspecto, se você tem mais alguma coisa... Eu sei que você... Parece que o que tinha a falar, você falou. Agora vai ser o confronto dessa... E se a Raiane estiver aqui, a gente pede ainda pra que ela permaneça aqui, porque pode ser que a Raiane ainda venha, e a gente fará a acareação das duas. O.k.?

Nós vamos agora... O Dr. Daniel está aqui. Ele é Coordenador do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Mato Grosso. A gente vai ouvi-lo aqui. Depois a gente vai parar para o almoço, porque saco vazio não fica em pé. E, depois, nós retornaremos. Às 2 e meia da tarde, nós



retornaremos aqui para ouvir as outras pessoas. E há pessoas que querem ser ouvidas em caráter reservado. Nós iremos ouvi-las naquele momento. Depois que ouvirmos todos que são em caráter público, nós iremos ouvir essas pessoas também em caráter reservado.

Então, com a palavra o Dr. Daniel Almeida de Macedo, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento.

A gente agradece a você, Jucione, por sua fala aqui e espera que você possa trazer mais informações.

Com a palavra o Dr. Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA DE MACEDO - Pois não. Bom início de tarde a todos. Vou procurar ser breve e bastante objetivo. Boa tarde, Parlamentares, autoridades, delegados, sociedade civil.

Tráfico de pessoas — o que é feito em Mato Grosso? O Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi constituído, formalmente, em fevereiro de 2012. O CETRAP é composto por representantes da sociedade civil, poder público, e é coordenado por um colegiado do qual eu tenho a satisfação e a honra de fazer parte, ao lado da assistente social Dulce Regina, da Prefeitura Municipal de Várzea Grande e de Valdemir Pascoal, Secretário Adjunto de Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso.

Para organizar e desenvolver as atividades, o CETRAP formulou um plano de ação que prevê atuação em dois eixos principais: prevenção/articulação e defesa/repressão.

No eixo prevenção/articulação, estão as ações de conscientização, isto é, esclarecer à sociedade sobre a ameaça do tráfico de pessoas: as formas tradicionais de aliciamento, as promessas falaciosas dos recrutadores e também a dura realidade, a condição das mulheres vítimas do tráfico. Então aqui estão as campanhas publicitárias, as palestras, as reuniões e também os simpósios, que têm esse propósito.

No eixo defesa/repressão, estão as ações táticas operacionais que têm por objetivo a investigação e a identificação de pessoas ou organizações que exploram o tráfico de pessoas.



Essas ações de repressão são executadas por forças policiais: Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e também Agência Brasileira de Inteligência.

A articulação próxima do CETRAP com a sociedade tem gerado, tem produzido informações importantes sobre indícios de aliciamento e indícios de deslocamento de mulheres para a exploração sexual. O CETRAP compartilha essas informações com as frações de inteligência das forças policiais. Essas informações são processadas, são analisadas e estruturam o planejamento das ações de repressão.

Este é o modelo que apenas está começando. No entanto, tem contado com a ajuda e o apoio decisivo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso, na pessoa do Secretário Luiz Antônio, ele próprio um defensor tradicional, um defensor histórico dos direitos humanos, e também da Secretaria Estadual de Segurança Pública na pessoa do Dr. Alexandre Bustamente, um profissional muito experiente, que também nos tem ajudado muito.

A pesquisa realizada pela Pastoral da Mulher sobre tráfico de pessoas em Mato Grosso, os relatórios sobre prostituição infanto-juvenil da Polícia Rodoviária Federal, o empenho investigativo das Polícias Judiciárias do Estado e da União, a agilidade tática operacional da Polícia Militar, associados aos conhecimentos de inteligência produzidos pela ABIN, têm sido, de fato, decisivos para os avanços registrados até o momento.

No entanto, há muito, todavia, a ser alcançado, pois o tráfico de pessoas é, de fato, um crime complexo, com implicações históricas, culturais, sociais. No entanto, o vigor e a determinação dos integrantes do CETRAP demonstram que há um caminho promissor a ser seguido e, para vencer essa séria ameaça, é necessário que todos caminhemos, que todos devamos caminhar juntos.

Portanto, essa é uma breve contribuição. Eu trago, então, aos senhores e à Mesa, o que Mato Grosso hoje desenvolve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Daniel, eu queria saber, Dr. Daniel, se... V.Sa. diz que foi criado em 2012, não é? Faz pouco tempo. A partir desse momento, as denúncias que têm sido encaminhadas ao Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é... porque, o que nós



verificamos é que o tráfico de pessoas é algo que acontece, mas é silencioso. As pessoas não têm coragem de denunciar. É algo silencioso.

Então, só quando aparece algo assim, que a Polícia entra e vai, é que se prende, porque... como é que... se o Comitê tem recebido denúncias, se as pessoas procuram ou se ainda há esse sentimento de que pode acontecer alguma coisa contra o denunciante, como é que isso acontece? A gente queria saber como se dá essa relação de quem tem denúncia para buscar o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O SR. DANIEL ALMEIDA DE MACEDO - Deputado, atualmente uma situação bastante emblemática nesse sentido diz respeito à construção de um complexo de usinas hidrelétricas no Alto Tapajós, ao norte de Mato Grosso. São sítios de construção que agregam um contingente de homens muito grande, aos milhares. Então, núcleos de prostituição estão se estabelecendo ao longo dessas grandes obras, obras de infraestrutura.

Portanto, atualmente, nós recebemos relatos de que, nesses locais, mulheres estariam sendo recrutadas e deslocadas de outros Estados da Federação, porque são regiões remotas, sob promessas de trabalho. Ao chegarem lá, elas são submetidas a privações e a limitações na sua liberdade de locomoção.

Então, nós temos aí os três elementos que são necessários para a configuração do tráfico de pessoas, que são: o deslocamento, a exploração sexual e o engodo, ou seja, o aliciamento.

Portanto, esse é um exemplo que ilustra como o tráfico trabalha. Essas informações nos chegaram de pessoas, de cidadãos, que moram na região norte do Estado do Estado de Mato Grosso, que têm como epicentro a cidade de Alta Floresta.

Portanto, conhecendo, sabendo desse problema, nós visitamos o local, conversamos com várias pessoas. Assim que esse assunto estiver amadurecido, nós faremos a difusão, compartilharemos com a Polícia Judiciária Civil do Estado do Mato Grosso, que está desenvolvendo ações importantes nesse tema, que é um tema complexo, mas que a Polícia já está desenvolvendo, por assim dizer, uma *expertise* nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E com relação ao tráfico internacional — porque aqui vocês têm uma fronteira longa com a Bolívia, ou seja,



de gente daqui para lá e de lá para cá —, têm recebido também denúncias sobre isso aí?

O SR. DANIEL ALMEIDA DE MACEDO - Muito interessante a pergunta. Aliás, não faz muito tempo, finalizou-se a Operação Ágata 7, do Exército Brasileiro, que teve como raio de ação também a nossa fronteira aqui, Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso. Uma série de conhecimentos, de inteligência, foi produzida para a operação. Dentre esses conhecimentos, alguns que dizem respeito a migrações ilegais, isto é, trânsito de bolivianos e brasileiros sem controle na nossa fronteira, inclusive mulheres, como o senhor, inclusive, mencionou, carregando os seus bebês — bebês de colo mesmo —, sem o devido controle na fronteira. Adentram o território boliviano e voltam sem nenhum controle. Então, a possibilidade de uma mulher, de uma mãe, eventualmente, tomar a decisão equivocada de deixar seu filho na Bolívia é algo plausível, é algo que se pode conceber, diante da nossa porosidade e falta de controle.

Então, sim, a nossa fronteira é algo a ser pensado e refletido.

O Delegado Gianmarco trouxe à baila uma situação que ocorreu muito recentemente, que é o caso do sequestro de uma moça, de uma menina, uma jovem, pré-adolescente. Essa jovem foi sequestrada e houve o deslocamento internacional. Então, o esforço grande da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, nesse caso, que é um caso complexo também, porque envolve uma jurisdição internacional. Pais biológicos, enfim, os sequestradores, deixaram o País com a criança pela nossa fronteira.

Então, é algo realmente complexo, que faz jus a uma atenção maior do poder público federal, não é mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nesse caso do tráfico internacional teria que ter a vinculação da Polícia Federal também para essa investigação.

Nós estivemos em outros Estados aqui, que têm fronteira com o Peru, Bolívia, também com Suriname, com Guiana Francesa, etc, onde além do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, tem também de adultos, principalmente de mulheres que, muitas vezes, chegam lá e são aprisionadas. São tomados seus passaportes e seus documentos, e passam a ter a questão da dívida. Elas não podem sair enquanto não pagarem toda a dívida que têm porque foram



enganadas, mas tem também o fato de também haver um nexos muito grande de travestis brasileiros para esses países, e desses países para o meu País, o Brasil. E tem algo que chamou atenção, Dr. Daniel: os clientes desse pessoal eram pessoas da alta esfera econômica, política, social de alguns Estados.

É importante, no caso, essa vinculação com a Polícia Federal porque ela... Ou seja, como é um tráfico internacional, tem que ter, aí, a atuação da Polícia Federal, até se entrar em contato com a Polícia Federal do outro país ou com a INTERPOL, para ver como enfrentar essa questão.

Eu tenho certeza de que V.Exa. começou esse trabalho. É um trabalho que começou agora, ou seja, tem recebido as denúncias, mas é importante, nesse aspecto, uma ampla campanha para que a população perca aquele medo de denunciar, sabendo que o comitê recebendo vai encaminhar as providências para a sua investigação e para a apuração daquela denúncia no sentido de fazer um trabalho também de prevenção. A prevenção é fundamental para que não haja o crime, como tal.

Nesse sentido, a gente quer parabenizar V.S^a . pelo trabalho e dizer que pode contar com a nossa CPI também. Quando V.S^a tiver os dados sobre essa situação, que possa encaminhar o relatório para a CPI do Tráfico de Pessoas.

O SR. DANIEL ALMEIDA DE MACEDO - Pois não. Estamos à disposição, Deputado. É um trabalho realizado de forma conjunta, de forma sistêmica, mas estaremos à sua inteira disposição aqui, em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dr. Daniel Almeida de Macedo, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas do Estado do Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Obrigado, Dr. Daniel, pelas informações.

Estamos à sua inteira disposição para contribuir contra esse crime organizado no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós vamos agora fazer um pequeno intervalo para o almoço e depois retornaremos às duas e trinta para ouvir outras pessoas que estão aí.

Estamos verificando se a Rayane vai ser encontrada para que a gente possa... Verificar, aqui estão a presa e também o esposo, o Lenildo Silva. Também



alimentação para os dois, porque se não eles vão ter problemas de não ter essa alimentação.

Está suspensa esta audiência pública, retomando os trabalhos às duas e trinta.

Muito obrigado.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós iríamos aqui ouvir também hoje à tarde e fazer uma acareação entre a Rayane e a Jucione, mas como nós não conseguimos entrar em contato... Ela é uma adolescente e teria que vir com a mãe. Não conseguimos ter o contato.

Então, estamos liberando a Jucione para que a Polícia possa levá-la, no caso os agentes penitenciários. Nesse sentido... A não ser que Jucione queira acrescentar alguma coisa; se não, você está liberada para ir.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Hein? Só comigo? Com o Delegado? Delegado, vá lá. *(Pausa.)*

O outro já foi pegar um avião para o Rio de Janeiro e depois para o Maranhão.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

Retomamos a audiência pública.

Solicitamos que o Sr. Lenildo possa adentrar o recinto para que possa ser ouvido. *(Pausa.)*

Vamos reiniciar a nossa audiência pública, ouvindo agora o Sr. Lenildo Silva Amorim.

É o seu nome?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lenildo, sua idade?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Vinte um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vinte um.

Nasceu aqui, em Cuiabá, ou veio a seguir?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim, a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está o.k.

Seu nível de escolaridade?



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Escolaridade. O quanto você estudou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Terceiro ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Terceiro ano.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E mora com os pais?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Com o pai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com o pai. E o senhor trabalha em quê?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu sou armador de ferragem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Armador de ferragem.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sr. Lenildo, o senhor sabe que a Jucione fez umas coisas das quais ela diz estar arrependida.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela diz que você não sabia dessas coisas, que ela não...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu quero que, no tempo que puder, você possa... Como você conheceu a Jucione? Como você a conheceu e como começou a conviver com a mesma?

Bota um pouco mais perto da...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Foi tipo assim, nós nos conhecemos através de uma amiga dela... que

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Uma amiga dela.

Quem era a amiga dela? Era a Rayane ou era a Aridiane?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - A Vânia Marcela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vânia Marcela.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E essa Vânia era amiga da Jucione?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso. Hã, hã. Era...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pronto. Chegou agora.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela era amiga da Jucione e minha amiga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Então, como é o nome dela? Da sua amiga e amiga da Jucione?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É a Vânia Marcela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vânia Marcela. E Vânia Marcela tem ligação com a sua família?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Só vocês é que conheciam?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor tinha conhecimento de que a Jucione estava trabalhando para recrutar criança para levar para o tráfico?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Nunca passou pela minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca passou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor nunca teve conhecimento... Ela nunca falou para o senhor que...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E quando ela chegou em casa com uma criança que parecia que era menino, e ela veio já com a... Parece que a menina veio com roupa de menina, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o senhor, convivendo com ela, qual foi a sua reação diante disso aí?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Assim... Ela disse para mim que tinha uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Bote o microfone um pouquinho mais perto da boca. Pode falar mais devagarinho. Não tem problema, não.

Fique calmo. Você não tem nada a ver com isso aqui. A gente está aqui apenas para que você dê algumas informações. Você não é indiciado. Você não está envolvido nessa questão. Nós queremos que você, como testemunha, possa dar algumas informações que são importantes para a nossa Comissão.



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Bom. Certo.

Ela disse que tinha uma filha que estava no hospital, e ela sempre ia fazer visita para essa filha que ela disse que tinha. Aí, no dia, ela disse que ia buscar esta filha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei. E o senhor acreditou nessa conversa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Acreditou mesmo?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor sabe que, quando o senhor ainda estava aqui, o Delegado Ivar disse que, no processo, quer dizer, o que ela anunciou para a Polícia, foi que um dia, quer dizer, um homem chamado Carlos passou, deu carona para ela; num primeiro momento, tentou “cantá-la”, na linguagem que é usada, e, depois, disse para ela que ela tinha que arranjar uma criança para ele, sob pena, segundo ela, de que ele sequestraria a filha que... Ela tem uma filha, não tem?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Tem. Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E também ela disse que ele a ameaçou, chegando uma vez a colocar uma arma no pescoço dela.

Ela falou dessas coisas para o senhor?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Nunca. Não falou nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ela mora na casa do seu pai, com você?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso. Ela estava lá há cerca de 1 mês, 1 mês e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E antes, ela morava onde?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela morava no Bairro Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você a conheceu lá, no bairro Getúlio Vargas?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Lá, no bairro Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Através dessa Marcélia?



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Dessa Vânia Marcela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vânia Marcela.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que era amiga sua?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - E amiga dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Amiga dela. Essa Vânia Marcela trabalha?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Trabalha. Ela trabalha em quê, lá?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Trabalha numa loja. Limpa as coisas, os móveis, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. E foi ela que arranjou essa convivência de você com a Jucione?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, você disse: "*Vá morar lá em casa.*" Teu pai aceitou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aceitou. Depois que houve esse fato da prisão, como é que ficou a reação em casa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - A reação em casa... Meu pai falou coisa para mim. E o vizinho lá, de casa, me chama até de russo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De russo, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - De russo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, não é? E seu pai ficou chateado também com isso?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não querendo mais que ela ficasse mais na casa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. E você?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu não quero mais, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela disse que o cara ofereceu para ela 35 mil reais para que arranjasse uma criança. E todas as ordens que esse Carlos, que ela disse que havia encontros de 15 em 15 dias. De 15 em 15 dias, ela era comunicada através de telefone, e ela ia, e ele, a cada dia, fazia, segundo ela, mais ameaças, já exigindo tempo para que ela pudesse...

Ela disse o seguinte: que o senhor teve que fazer um empréstimo para ajeitar a casa...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Para o enxoval do neném.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...e também para a compra de uma passagem, foi?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Essa compra de passagem ela pediu para o senhor?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi com esse dinheiro que ela comprou a passagem?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela tinha uma passagem?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Se ela chegou a comprar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas o senhor deu o dinheiro para ela?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Dei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quanto é que o senhor deu para ela?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Dois mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quanto?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Dois mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dois mil. Quando ela foi presa, foram encontrados na casa dela 800 reais. Esse dinheiro era seu ou era dela?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Era meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era seu.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Meu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer, você deu 2 mil para ela e, depois, os 800 que ficaram para você também levaram.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não. Não ficou ainda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o empréstimo foi no valor de quanto que você fez?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu peguei 2 mil para pagar 2.600.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, se o senhor disse que deu 2 mil para ela, como é que iam aparecer esses 800? Foi de quê?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu dei mil reais para ela, para ela poder comprar as coisas da filha dela que ela disse que estava no hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. Você disse que era para comprar o enxoval, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Aí os outros mil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Os 800.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não, mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - 8 mil?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não. Mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mil.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. Que era para comprar a passagem.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela disse que era ir lá para ver a mãe dela. Ela disse que ia vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Quer dizer que o senhor fez esse empréstimo e o senhor está devendo. Ou seja, o fato de que para o senhor é só prejuízo.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Só prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Prejuízo e dívida. E mais alguém que fica brincando com você, chamando você de osso.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - De osso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De osso.



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nesse tempo todo... Ela está com o senhor por quanto tempo?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela está comigo há uns 6 meses, 7 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sete meses.

Sempre viveram bem ou teve problema nesse relacionamento?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Bem.

O senhor, quando soube que ela foi presa... Ela não teria nunca dito para o senhor que esse homem estaria a ameaçando, porque ela teria que entregar uma criança para ele. Ela disse que ela é que tinha que levar essa criança para uma mulher lá na Bahia.

O senhor esteve na Bahia alguma vez?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu? Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quando ela chegou aqui, ela veio com o ex, com quem ela vivia.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Com o esposo dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com o esposo.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois ele a abandonou, foi embora. E, nesse tempo, o senhor já a conhecia?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor conhece a Rayane Thália Inácio dos Santos?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Essa Rayane é a mãe do menino, não é, delegado?



Essa Rayane parece que é a mãe do menino que ela tirou e que ia levar para entregar para essa mulher ou para esse Carlos. O senhor conhece Ariadne?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca, nunca... Ela, alguma vez, falou que, por exemplo... O senhor trabalha, e ela tinha apenas o Bolsa Família.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Bolsa Família. E esse documento que ela tinha de um registro de nascimento que ela tinha para dizer que aquele menino que ela vestiu de menina, para dizer que aquele registro era daquela criança. O senhor sabia que tinha esse documento?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não sabia?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nada? Quando o senhor... Ela saiu de casa e, no outro dia,... O senhor estava em casa quando a polícia entrou lá para... Ela foi presa em casa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na casa do seu pai?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a polícia chegou lá dizendo... O senhor estava lá na hora?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O que eles fizeram? Mas disseram o quê?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eles chegaram e falaram que ela estava sendo acusada de roubo de uma neném na praça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De uma criança. Na praça, na praça.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Entendeu? É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E aí, no caso, deram voz de prisão para ela?



O SR. LENILDO SILVA AMORIM- Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a levaram.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois disso, o senhor não teve nenhum contato mais com ela?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não. Só no CISC, só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só lá na delegacia.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É. Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor sabia um pouco da história dela, que ela tinha outros filhos na Bahia, que ela tinha morado no Rio de Janeiro, que depois voltou para a Bahia, depois veio para cá e aí ficou sem onde morar. Ficou lá morando com outras pessoas e depois conseguiu com o senhor ir morar na casa. Você sabia dessa história dela?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela contou para o senhor?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Contou tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quando ela falou quantos filhos tinha?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela disse que só tinha só dois filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só dois?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Só. Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Para você só dois filhos? Ela tinha muito mais. Ela tinha muito mais filhos.

Quer dizer que o senhor afirma que não sabia que a Jucione Santos Souza estava envolvida com essa situação criminosa.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sabia não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o senhor nunca viu ela recebendo telefonema?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Também não dava atenção.



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Porque, tipo assim, eu saio de casa cinco e meia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Às cinco e meia. E volta?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu só volto lá pelas seis e meia, 7 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Seis e meia.

Pela informação, o sequestro teria ocorrido na quinta-feira, dia 30.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - No Bairro Pedra 90. É isso mesmo?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É lá que o senhor mora?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E foi na quinta-feira que ela... Então, ela chegou no dia 31 em casa com essa criança.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Chegou na mesma quinta-feira, por volta de umas 2 horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, na quinta, 30, mas a polícia só chegou lá no dia 31.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Chegou só na sexta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na sexta. Mas ela chegou já dizendo que era uma menina.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Que era a filha dela que disse que estava no hospital, que ela tinha ido buscar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. E o senhor não teve nenhum contato com essa criança não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Chega uma pessoa que ela diz que está no hospital, você convive com ela e aí não quer ver e pegar a criança. Ela não deixou você pegar a criança, não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não deixou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E levou para o quarto e ficou lá?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Levou. Só ficou... só no quarto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É porque o que diz é que nesse dia... Ela disse que nesse dia, ou seja, estava lá com o telefone, ligando para a mãe, parece, e a mãe ouviu o choro de uma criança e perguntou para ela: *"Que menino é esse?"* E ela disse: *"Não, é que eu estava grávida e agora tem essa menina aqui."* Dizia menina, não menino.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor não tomou nenhum conhecimento nem pegou a criança para dizer: *"Ela está bem. Ela está no hospital."* Ela dizia que estava no hospital, mas de fato não estava.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor, quer dizer... Ela disse: *"Não, fica com a menina aqui, que ela está..."* O que é que ela dizia para o senhor não ter acesso à menina?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Que a menina tinha tomado muita injeção no braço, na perna, na polpa da bunda, entende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. Foi. Quer dizer que a criança não podia, porque estava toda dolorida.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o senhor não podia. E o senhor aceitou isso mesmo?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Aceitei assim de boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aceitou. E na hora da prisão o senhor estava em casa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que horas a prisão foi feita?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Por volta de umas 10 horas, nove e meia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nesse dia o senhor não estava trabalhando, não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De acordo com a polícia, Jucione foi presa em flagrante, quando estava com o recém-nascido. Aí disse que foi num ponto de ônibus, no Bairro Jardim Industriário. Você conhece esse bairro?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É o bairro onde... O senhor tem alguma ligação com esse bairro ou não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Foi em casa que ela foi presa ou foi presa quando ela estava no ponto do ônibus?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não. Foi lá na minha casa que ela foi presa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na sua casa. Aí quantos policiais chegaram lá?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Chegaram, parece, três ou dois, eu acho da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Três ou dois. Aí disseram: "*Nós estamos aqui para investigar, que tem uma denúncia...*"

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - "*...de uma criança que foi raptada*".

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E qual foi a reação da Jucione quando a polícia entrou na casa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela ficou de boa, dizendo que era filha dela. Ela ficou de boa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - ...sem ter nem alguma reação brusca. Ficou de boa, foi com eles de carro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer, parece a mesma coisa aqui. Quando ela fala aqui, ela tem aquele frio, parece que não aconteceu nada. Ela fica...



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É assim mesmo que ela age?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela disse para o senhor uma vez que tinha sofrido em relação à irmã dela que tinha morrido e que ela teve uma depressão. Falou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ela repetiu essa depressão?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Às vezes ela ficava quieta no canto, triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não sei se era por causa disso ou se era por causa de outro motivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Seu Lenildo, o senhor vê que, às vezes, quando ela estava assim, ela inventava coisa ou não? Criava coisa e falava com o senhor porque estava daquele jeito ou não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o senhor nem procurava saber porque ela estava assim triste, fria, negócio, não queria conversar com ninguém?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Assim, ela me dizia que era por causa da morte dessa irmã dela que era como uma mãe para ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Entende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É. Mais aí, ainda, Seu Lenildo, para o senhor conhecer um pouco mais da história, talvez o senhor não conheça, a Divisão Antissequestro, que ela pediu à Polícia Militar para que encontrasse a sequestradora, que não sabia ainda que era a Jucione e a criança. Aí diz: *"...em um ponto de ônibus. A criminosa foi conduzida até a Central de Flagrantes, enquanto o auto da prisão em flagrante era lavrado pelo Delegado Ivar Polesso, o Delegado*



Gianmarco foi até a casa da presa, onde ingressou para realizar buscas com o consentimento dos demais moradores que lá residem.”

Então, pela informação há uma contradição. A polícia diz que ela foi presa fora de casa. Em casa, os delegados é que foram lá para fazer a apreensão de algumas coisas lá. Como é que é isso aí? Ou seja, ela foi presa em casa ou foi apenas no momento em que a polícia chegou lá para fazer a apreensão dos objetos?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim. Chega lá, falou que ela estava sendo acusada de um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - ...que ela tinha de ir com eles, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas aí ela não estava no lugar, o senhor é que foi comunicado. Ela, quando o delegado entrou na casa pra pegar os objetos que tinham lá, a sua esposa ou namorada ou convivente ela não estava mais lá. Ela tinha sido presa já?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Já?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Já tinha sido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, é bom ver essa coisa, porque há uma contradição entre o local que a polícia pegou. E talvez o senhor, porque depois quem foi lá foi esse delegado aqui, não foi?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Foi o delegado. É, foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Esse delegado aqui, que é o Gianmarco, ele foi lá para fazer busca e foi lá que ele encontrou aquele enxoval, que foi um enxoval que, segundo ela, foi o Carlos que deu o dinheiro para ela para comprar o enxoval. Então, o senhor, ou seja, está pagando também por um enxoval que, na realidade, foi dito que era o Carlos que estava dando o enxoval, deu o dinheiro para ela comprar o enxoval.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, mostra que Dona Jucione está meio... Há muitas contradições entre o que ela fala. Então, quando esse delegado aqui, o Gianmarco, chegou à casa, o que ele disse? *“Vim aqui fazer o quê?”*



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ele chega lá eu não estava em casa não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ah, o senhor não estava não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não estava não. Então, tem aí algumas coisas aí, Seu Lenildo. É bom que o senhor não... O que o senhor... Talvez ainda pelo fato de ter convivido, o senhor ainda fica meio refratário de não querer falar tudo e, com o tempo, o senhor vai dizendo e vai desfazendo algumas coisas. Então, é importante.

Enquanto o Dr. Ivar Polesso lavrava o termo de flagrante e o auto de prisão em flagrante, o Dr. Gianmarco foi à casa da presa, onde ingressou para realizar buscas com o consentimento dos demais moradores que lá residem. Então, o senhor não estava nessa hora?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não. Ele chegou, passou uns 5 minutos, eu cheguei, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor chegou... Quando o senhor chegou ele estava lá?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ele já estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor viu, mas o senhor não estava na hora em que ele chegou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Na hora que ele chegou eu não estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tá bom. Então, no momento da prisão dela, o senhor não estava lá não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas lá no ponto de ônibus?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não. Lá em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É? Tem uma contradição aqui, porque a polícia identificou, e é um depoimento dos dois policiais que a prenderam lá no ponto de ônibus, que ela já ia com a criança para entregar. Como é que fica isso aí?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela estava lá em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas o senhor saía às cinco e meia de casa e só voltava lá pelas 6 horas. Por quê? Porque, nesse dia, o senhor dez e pouco, o senhor estava lá?



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Porque nesse dia eu não tinha ido para o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu fiquei quinta, sexta, sábado e domingo em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. E foi encontrada lá uma declaração de nascido vivo, documento emitido pelas autoridades para o registro de nascimento dos recém-nascidos em nome de uma menina, bem como uma certidão de nascimento falsa. Dois crimes que dona Jucione comete: uma certidão de nascimento falsa e esse documento que ela retirou do outro, que foi documento que pertencia a outra criança e que ela queria colocar para aquele menino que ela queria agora passar e levar para o seu Carlos como se fosse uma menina.

E a criança... O senhor, quando ela chegou em casa no dia 30, que disse: *“Está vendo aqui, minha menina que estava no hospital? Eu trouxe agora de volta. Você não pode ter contato nenhum com ela, que ela está toda dolorida, levou injeção em todo o canto e ela vai sofrer...”* E o senhor acreditou nisso aqui.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Acreditou nisso aí. Aí, no outro dia, ela é presa e, no outro dia, o delegado vai à sua casa e encontra um bocado de documentos e outras coisas e faz a apreensão. E a menina... O menino, que estava vestido de menina, quando foi levado para o conselho tutelar, para tomar conta dele, enquanto o juiz decide para onde é que vai, se vai colocar...

A SRA. LUCIANE BEZERRA - Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diga.

A SRA. LUCIANE BEZERRA - Eu posso fazer um questionamento para ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos ver.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quando é que o senhor ficou sabendo que Jucione tinha esse bebê?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quando o senhor ficou sabendo que ela tinha esse bebê? Só no dia em que chegou?



O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Ela sempre falava que... disse que estava esperando um filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor olhava para ela e verificava que ela estava grávida?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Assim, ela estava assim meio inchada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Inchada? Ela colocava alguma coisa para enganar o senhor, para dizer que estava?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Aí eu já não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. O fato, Seu Lenildo, é que o senhor foi enganado durante tempos e tempos. Então... Por que, na realidade, se ela tinha... A criança é de um mês. Se a criança é de um mês, ela ficou nesse hospital durante... O senhor disse que ficou lá mais uns 6 meses com ela.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Durante esses 6 meses o senhor não viu ela... Como é que uma pessoa está aqui, se fosse isso aqui, aquela menina, aquele menino que ela quis vestir de menina, seria filho seu, porque você viveu com ela 6 meses. Ou seja, ou de uma outra pessoa, que ela, durante esse período, teria ido pra maternidade dar a luz, ou então em casa. Então, alguma coisa estranha o senhor foi acreditar, foi muito de acreditar, foi inocente de acreditar nisso aí. Ou seja, na realidade...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Logo que vocês se conheceram, ela falou sobre isso aí ou não? Que já estava grávida?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Disse que estava grávida de 2 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dois?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso, meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dois com seis, então o menino tinha nascido de...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - De 6 para 7 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer, esse menino...



A SRA. LUCIANE BEZERRA - Há quanto tempo que ela morava com os pais dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Seis meses que ela mora com os seus pais ou três...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não, um mês que ela foi morar lá em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. E o restante você já conhecia, mas vocês se encontravam, mas ela não morava na casa do seu pai, não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não, nós nos víamos de 5 em 5 dias, 15 em 15 dias; não nos víamos todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo, certo, está bom.

Aí, no caso, o relacionamento de vocês é que foi iniciado pela sua amiga?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela... E vocês... O relacionamento de vocês fazia fora da casa do seu pai.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está.

O senhor soube que a Jucione ofereceu à Rayane 5 mil reais para emprestar a criança que ela tinha, a fim de que Jucione supostamente angariasse um namorado estrangeiro que pagaria pensão de 30 mil por pensar ser o pai de uma criança alegadamente gerada por Jucione? O senhor sabia disso?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não, eu fiquei sabendo no outro dia que ela foi presa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Presa.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a Rayane recusou essa proposta. E ela disse aqui que, de fato, o Carlos teria dito para ela que ela poderia oferecer 5 mil por esse empréstimo, que seria não um empréstimo mas um sequestro, que seria levada essa criança para a Bahia, entregue a uma mulher.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A sua Jucione confessou ter sequestrado a criança. No primeiro momento, ela quis dizer que não era, que era filho dela, mas, com a polícia, ela confessou ter sequestrado a criança e oferecido 5



mil à Rayane, assim como os demais fatos relatados no auto da prisão em flagrante, ressaltando, porém, que Rayane teria se mostrado interessada na proposta de emprestar a criança. Durante o interrogatório, declarou que o crime lhe fora encomendado por um homem... Aí o senhor veja as contradições. Ela muda de opinião a cada momento.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dizendo: "*Não, não era nada disso aqui*". Foi um homem chamado Carlos que ofereceu para ela 35 mil reais para entregar a criança na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia. O senhor soube disso?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Fiquei sabendo no dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Soube pela mídia.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Pela mídia, isso. Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Que esse Carlos seria o idealizador da história, que deveria ser contada para raptar a criança e que ela teria uma pensão a ser paga pelo namorado estrangeiro. Nada disso o senhor sabia? Ela nunca falou isso para o senhor?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor soube depois que...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Soube pela mídia, jornal, TV.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quando o senhor conheceu a Jucione, ela, logo no início, contou sua história ou foi contando aos pouquinhos?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Aos pouquinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É? E o senhor não percebia que ela, quando contava um pedacinho aqui, lá, no outro pedacinho, ela fazia algumas coisas diferentes daquilo que lhe havia dito antes não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não, porque ela contava as coisas tudo certinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tudo certinho?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Tudo certinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o senhor depois verificou que não era tão certinha, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Tão certa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela enganava o senhor até nas conversas, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor ouviu falar desse Carlos?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E, quando ela saía de casa, o que ela dizia que ia fazer?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Bom, ela dizia que tinha de ir no hospital para ver essa filha dela. Isso era só de segunda à sexta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela saía de segunda à sexta?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Saía.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Todos os dias?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Todo dia, na parte da tarde. Dizia ela que tinha que ir no hospital para poder ver essa filha dela que estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor sabia que ela tinha conta na Caixa Econômica e no Banco do Brasil?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela nunca falou?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela nunca mostrou para o senhor o cartão Ourocard do Banco do Brasil?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. *(Pausa.)*

Outra coisa que eu queria ver com o senhor. Depois que a criança foi entregue ao Conselho Tutelar de Várzea Grande, o senhor foi lá visitar a criança?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Qual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A que ela disse que era...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - A filha dela?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu ainda não fui lá ver ela, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É a filha dela que está lá?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Essa filha dela tem quantos anos?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Tem... Parece que tem 7 ou 8 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sete ou oito anos. Pelo que o senhor hoje está vendo aqui, a partir do fato que aconteceu, qual seria a motivação para a Jucione fazer isso aí?

Ela estava mesmo precisando de dinheiro, ela estava mesmo querendo ter outro relacionamento, ela estava querendo receber mesmo essa pensão desse estrangeiro, ela estava querendo enganar todo mundo? Ou seja, qual seria a motivação para ela fazer isso? Porque, tendo vários filhos, tendo uma filha em casa, sendo — como ela diz — evangélica da Assembleia de Deus...

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não é? Ela frequentava essa... O senhor a acompanhava?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Aí ela sequestra uma criança enquanto a mãe está fora. Engana-a. E só se encontrou porque a mãe denunciou à polícia, ou seja, que alguém tinha tirado a criança. O que o senhor acha que... Ou seja, por que Jucione fez isso?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu também estou tentando buscar uma explicação por que ela fez isso, sendo que ela tinha (*ininteligível*) do bom, mas eu fazia esforço para não deixar faltar nada para ela e para a filha dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela disse que tinha uma pessoa, não sei se é a Ariadne... que o marido dela vendia droga. O senhor sabe da



história? Que queria que ela também entrasse nesse jogo? Ela nunca falou sobre isso?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nesse... E como é que o senhor se sente agora, Sr. Lenildo? O senhor agora está aí. Qual é a sua história a partir deste momento? Porque a outra história foi uma história de encontros e desencontros. Pelo que o senhor diz agora, não existe nada ou existe mais alguma coisa com relação à Jucione? O senhor vai querer ajudá-la? Vai querer dizer para ela revelar a verdade ou o senhor vai esquecê-la?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Eu vou procurar esquecer ela. Vou seguir minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É? Seu pai tem essa mesma visão?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor conversou com aquela que é sua amiga depois disso aí?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Porque foi ela quem apresentou o senhor, não foi?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem mais alguma coisa a acrescentar, Sr. Lenildo?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Então, é esperar para o senhor assinar um termo aí. Não sei se teria...

Ela não deixava o senhor pegar na criança, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Até, ao dar banho, o senhor não podia ver a criança, porque o senhor ia identificar o sexo da criança, né?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A criança estava sempre vestida com essa roupa de menina?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Estava sempre vestida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca tirava?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Até para dormir?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Até para dormir. Quer dizer que o senhor não sabia que aquela criança era um menino?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Só soube depois que ela foi presa?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Coisa meio estranha! Dá para passar a fazer um filme de terror.

Mais alguma coisa, Sr. Lenildo?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quando as pessoas ficam galhofando do senhor, dizendo que o senhor é o urso, o senhor fica chateado?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Fico muito triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Fica triste, não é?

E a dívida... O senhor vai ter que pagar tudo agora, não é?

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sr. Lenildo Silva Amorim. Que o senhor possa, em outra situação, não ficar tão inocente nas escolhas porque o senhor pode cair em outra esparrela. Tenha cuidado com isso aí porque a vida nos ensina.

O SR. LENILDO SILVA AMORIM - E muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E muito. Isso mesmo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Alguém no plenário tem mais alguma coisa a acrescentar ou gostaria de dizer mais alguma coisa sobre...? Não, né.

Vamos agradecer ao Delegado Gianmarco Paccola Capoani, ao Delegado Ivar Polesso, que não está mais presente, mas que contribuiu bastante. Também



queremos agradecer ao Deputado Romoaldo Júnior, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Queremos também agradecer ao Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e Idoso, e também ao Dr. Daniel Almeida de Macedo, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas do Estado de Mato Grosso, à Cláudia Cristina Ferreira Carvalho, Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos de Mato Grosso.

Foram convidados para fazer parte da Mesa, mas não comunicaram, não compareceram e não fizeram qualquer justificativa, mas é bom a gente lembrar, Luiz Antônio Pôssas de Carvalho, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos; Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça; Dirceu Belarmino Pereira, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso; Dulce Regina Amorim, Coordenadora do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mas veio o Dr. Daniel, que falou — então, nesse caso, justifica-se; Maurício Aude, Presidente da OAB, Seccional de Mato Grosso; Flávia Cristina da Silva Carvalho, Coordenadora-Geral dos Conselhos Tutelares de Cuiabá — era importante sua presença, para ver como está a situação; o padre Olmes Milani, Diretor do Centro de Pastoral para Imigrantes e Rinaldo Sandro Teixeira, Superintendente Regional da Agência Brasileira de Inteligência.

Esperamos que esses que não compareceram possam também entrar nessa luta, para que possamos dar um basta nessa prática criminosa que chamamos de tráfico de pessoas, principalmente quando esse tráfico pega crianças, muitas vezes, sem qualquer tipo de reação, que são sequestradas e levadas para enriquecer quadrilhas que estão aí. Quando alguém oferece por uma criança a uma pessoa, só para apresentar, 35 mil reais, significa que é comércio vantajoso e que essas pessoas estão ganhando dinheiro à custa do sofrimento e da dor de muita gente.

Então, a gente agradece também a nossa Deputada Luciane Bezerra e à Teté Bezerra, que esteve aqui também; à Secretária de Cultura também.

Então, nada mais havendo a tratar, vamos encerrar essa audiência.

Vou encerrar os trabalhos, antes agradecendo a todos pela participação. Em especial, agradeço ao Deputado Romoaldo Júnior, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, pela generosa colaboração para o sucesso



desse evento. Também agradeço à equipe que veio acompanhando o Secretário Saulo e demais companheiros e companheiras pelo trabalho aqui. Também agradeço a todos os servidores da Casa, que nos trataram muito bem. Tivemos todo acolhimento. Então, pedimos a Deus que possa protegê-los e guiá-los sempre pelos caminhos da bondade.

Muito obrigado.